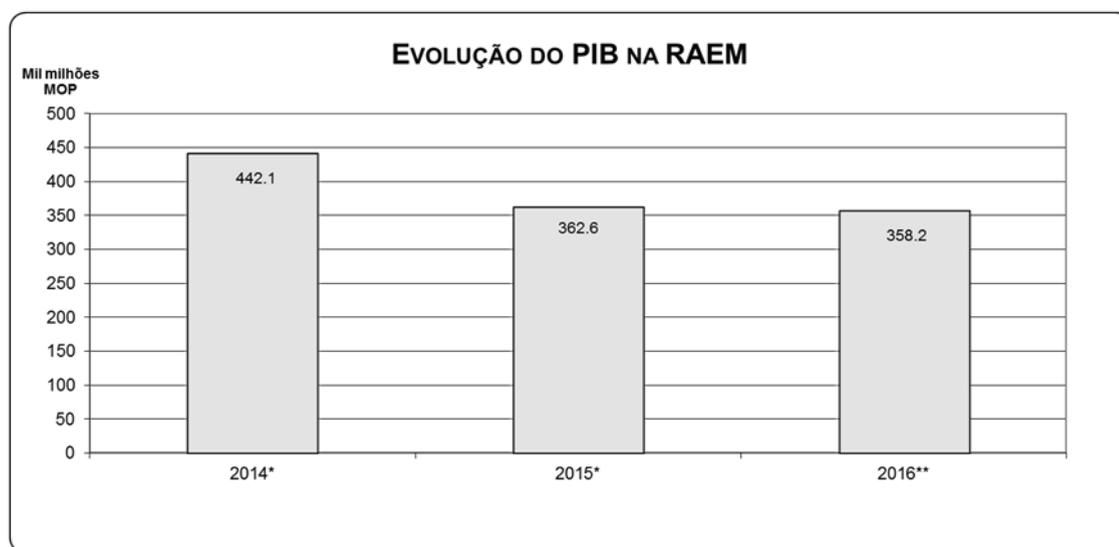


Introdução

Em 2016, a economia da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) permaneceu numa fase de ajustamento, com uma contracção do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,1%, em termos reais, reduzindo substancialmente face ao crescimento negativo de 21,5% em 2015. Constataram-se, nos primeiro e segundo trimestres de 2016 descidas homólogas de 12,4% e de 6,8%, em termos reais, respectivamente. Assistiu-se no segundo semestre à recuperação económica que levou à retoma do crescimento no terceiro trimestre, equivalente a um aumento homólogo de 4,4% em termos reais. Esta variação homóloga trimestral revelou-se pela primeira vez positiva desde o terceiro trimestre de 2014. O PIB no quarto trimestre subiu, em termos anuais e reais, 7%, correspondendo a um acréscimo mais acentuado do que no trimestre antecedente. O crescimento da economia ocorrido no segundo semestre de 2016 deveu-se, na sua maioria, à subida das exportações de serviços, conduzida, por sua vez pelo ressurgimento da subida das exportações de serviços afectos ao jogo no terceiro trimestre.

Neste sentido, em 2016 o PIB foi de 358,2 mil milhões de patacas, em preços correntes, como evidencia no gráfico seguinte, registando-se numa queda nominal de 1,2%.



*Valor revisto

**Valor sujeito à revisão no futuro

Fonte: Direcção dos Serviços de Estatísticas e Censos

Em 2016, o número de visitantes que chegaram a Macau foi de 30,95 milhões, um aumento ligeiro de 0,8% quando comparado com o mesmo período do ano transacto. Em relação à origem principal das turistas que entraram em Macau, registou-se uma subida homóloga no número de visitantes oriundos da China Continental que se cifrou em 20,45 milhões (+0,2% em termos anuais), e uma queda de turistas provenientes de Hong Kong com 6,42 milhões (-1,8% em termos anuais). O universo de turistas que se hospedaram em Macau representou um peso de 50,7%, traduzindo um aumento na ordem dos 9,8% e a estadia em média dos visitantes estendeu-se por um período entre 0,1 dia e 1,2 dias.

Numa fase de ajustamento em que se encontra ainda o sector do jogo local, as receitas brutas do jogo arrecadadas em 2016¹ rondaram 224,1 mil milhões de patacas, evidenciando uma diminuição

¹Agregam-se as receitas brutas de todos os tipos de jogos.

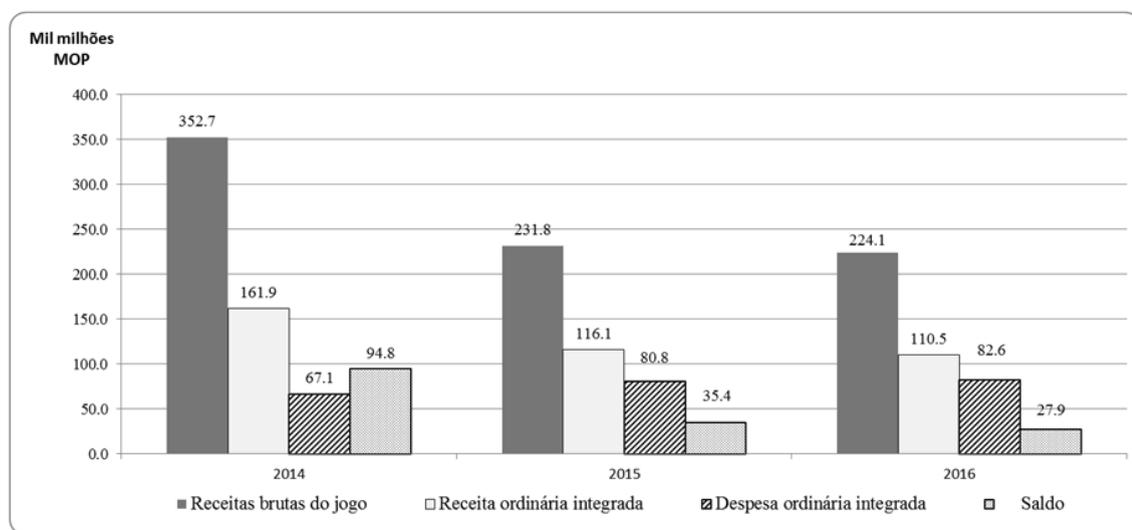
de 3,3% em relação ao período idêntico do ano passado. As receitas brutas provenientes dos jogos de fortuna ou azar do mês de Agosto apresentaram um aumento de 1,1%, face ao mesmo período do ano anterior, colocando termo a 26 meses consecutivos de quedas anuais homólogas. Com a entrada em funcionamento, no terceiro trimestre de 2016 de novos casinos e hotéis, as receitas brutas provenientes dos jogos de fortuna ou azar tiveram um comportamento favorável ao longo do quarto trimestre de 2016.

Relativamente ao mercado imobiliário, transaccionaram-se 14 108 fracções autónomas em 2016², pelo valor total de 74,13 mil milhões de patacas, tendo sido aumentado 44,4% e 43,5%, respectivamente em comparação com o período idêntico do ano transacto. Face à tendência crescente de transacções de fracções autónomas habitacionais em termos anuais, constatou-se um total de 10 170 fracções transaccionadas, pelo valor de 58,76 mil milhões, registando um aumento de 70,2% e 75,7%, respectivamente.

Graças ao abrandamento do crescimento do consumo privado, a par do alívio contínuo da inflação, verificou-se uma redução da taxa de inflação, de 4,6% em 2015 para 2,4% em 2016. O volume de negócios do comércio a retalho foi de 57,51 mil milhões de patacas, representando uma queda de 6,6%, face ao ano findo. No que respeita o nível de emprego da população, verificou-se em 2016 uma população activa de 397 200 pessoas, onde a população empregada atingiu 389 700 pessoas, e a taxa de desemprego global fixou-se num nível baixo de 1,9%. A mediana do rendimento mensal do emprego da população empregada global foi de 15 000 de patacas.

²Categorizam-se em quatro tipos, nomeadamente “Habitação”, “Loja e escritórios”, “Lugares de estacionamento” e “Indústria e outras finalidades”.

As finanças públicas³ mantiveram-se estáveis e sólidas com um saldo superavitário. As receitas ordinárias integradas do Governo da RAEM averbaram 110,5 mil milhões de patacas, correspondendo a um decréscimo de 4,8% comparativamente com os 116,1 mil milhões registados em 2015. As despesas ordinárias integradas do Governo, por sua vez, ascenderam 2,3%, atingindo 82,6 mil milhões de patacas, reportando-se com um saldo positivo no valor de 27,9 mil milhões de patacas, reflectindo uma redução de 21,2% face ao saldo de 2015, conforme ilustrado no gráfico seguinte.



Fonte: Direcção dos Serviços de Finanças

	2014	2015	2016
Taxa de variação das receitas brutas do jogo (%) *	-2.5%	-34.3%	-3.3%
Taxa de variação da receita ordinária integrada do Governo (%)	-8.0%	-28.3%	-4.8%
Taxa de variação da despesa ordinária integrada do Governo (%)	30.5%	20.4%	2.3%
Taxa de variação do saldo (%)	-23.9%	-62.7%	-21.2%

Fontes: Direcção de Serviços de Finanças / *Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos

Em 2016, a despesa ordinária integrada do Governo cresceu 2,3% e a taxa de crescimento do PIB nominal situou-se em -1,2%, pelo que o peso da despesa ordinária integrada do Governo, em

³Excluem os organismos autónomos.

relação ao PIB, foi de 23,1%, equivalendo a um aumento comparativamente aos 22,3% registados em 2015. Em contrapartida, o peso da receita ordinária integrada do Governo calculada em relação ao PIB, representa 30,8%. De salientar que a despesa e a receita integradas do Governo não incluem as despesas e as receitas dos organismos especiais.

	2014	2015	2016
Receita Ordinária Integrada do Governo /PIB (%)	36.6%	32.0%	30.8%
Despesa Ordinária Integrada do Governo /PIB (%)	15.2%	22.3%	23.1%
Saldo / PIB (%)	30.2%	21.4%	9.6%

Fonte: Direcção de Serviços de Finanças

Em observância do princípio enveredado pela prudência da gestão financeira e manutenção das despesas dentro dos limites das receitas, o Governo da RAEM não contraiu encargos com a dívida pública e as receitas e despesas públicas mantiveram resultados positivos, bem como as reservas financeiras apresentaram uma tendência crescente. Até ao final de 2016, o valor dos activos da Reserva Financeira da RAEM ascendeu a 438,7 mil milhões de patacas, mais 93,6 mil milhões de patacas comparativamente com o período homólogo de 2015.

(mil milhões mop)

	2014	2015	2016
Reserva básica:	116.46	131.88	132.82
Reserva extraordinária:	125.20	210.74	302.53
Resultado do período:	4.68	2.43	3.31
Saldo da Reserva financeira:	246.34	345.05	438.66

Fonte: Autoridade Monetária de Macau

1 ● Apresentação da elaboração do Relatório

O Orçamento da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) reportado ao ano económico de 2016 desagrega-se em duas partes: «Orçamento ordinário integrado do Governo» e «Orçamento dos Organismos especiais». O primeiro é elaborado segundo a contabilidade com base no regime de caixa, para o qual foram excluídos os Organismos especiais referidos no n.º 1 do artigo 70.º do Regulamento Administrativo n.º 6/2006 «Regime de administração financeira pública», adiante designado por RAFP, na redacção que lhe foi conferida pelo Regulamento Administrativo n.º 28/2009, republicado integralmente pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 426/2009.

Este Capítulo refere-se à execução orçamental do «Orçamento ordinário integrado do Governo», quanto à execução orçamental do «Orçamento dos Organismos especiais», procede-se à sua análise no Capítulo II.

Paralelamente, a fim de conhecer melhor a natureza dos dados constantes do presente relatório, seguem-se as definições dos termos específicos, frequentemente utilizados neste relatório:

Orçamento inicial - Receitas e despesas orçamentais constantes do «Orçamento do Ano Económico de 2016», aprovado pela Lei n.º 15/2015;

Orçamento autorizado - Orçamento final resultante das alterações orçamentais, bem como, dos orçamentos suplementares, efectuados nos termos do n.º 2 do Despacho do Chefe do Executivo n.º

347/2006;

Receitas efectivas - Receitas cobradas e arrecadadas no período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2016;

Despesas efectivas - Envolve as despesas pagas, no período compreendido entre 1 de Janeiro de 2016 e 1 de Fevereiro de 2017, por conta da dotação do orçamento de 2016 (incluindo a caixa e os cheques levantados);

Taxa de execução – Rácio entre a receita/despesa efectiva e o Orçamento autorizado;

Sector Público Administrativo - compreende os Serviços integrados, os Serviços e organismos dotados de autonomia administrativa (designados, também, por Serviços com autonomia administrativa) e os Serviços e organismos dotados de autonomia financeira (designados, também, por Organismos autónomos), não incluindo, contudo, os Organismos especiais;

Orçamento ordinário integrado do Governo – Elaborado a título integrado, que reflecte o resultado integrado do exercício de todo o Sector Público Administrativo da RAEM. Na elaboração deste orçamento, as receitas e as despesas das transferências orçamentais inter-serviços públicos efectuadas no mesmo ano são mutuamente eliminadas, a fim de evitar uma visão inflacionária da receita e da despesa resultante das transferências internas.

2. Orçamento ordinário integrado do Governo

2.1 Execução orçamental

A receita do Orçamento autorizado, de 2016, foi de 100 007 289 milhares de patacas, apresentando um acréscimo de 5 178 003 milhares de patacas, em relação ao Orçamento inicial de 94 829 286 milhares de patacas. Deste, 4 908 361 milhares de patacas foram movimentadas pelos Organismos autónomos através do primeiro orçamento suplementar. Os saldos excedentários do ano anterior dos Organismos autónomos são considerados como receita dos mesmos, nos termos dos artigos 42.º, 43.º e 68.º do RAFP., com as alterações introduzidas pelo Regulamento Administrativo n.º 28/2009, republicado integralmente pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 426/2009.

A receita ordinária integrada do Governo, de 2016, averbou um total de 110 501 949 milhares de patacas, representando um decréscimo de 5 609 520 milhares de patacas face ao ano de 2015, com uma diminuição de 4,8%, tendo as receitas correntes averbado um decréscimo de 7 127 194 milhares de patacas, e as “*Receitas de capital*” evidenciado um acréscimo de 1 517 674 milhares de patacas.

As receitas correntes, nelas se destacando os “Impostos directos”, com uma redução de 4 961 244 milhares de patacas, face ao ano de 2015, provieram, essencialmente, do “Imposto Especial sobre o Jogo” integrado no “Imposto de Jogos de Fortuna ou Azar”, no valor de 77 608 386 milhares de

patacas, representando uma queda de 4 917 782 milhares de patacas em comparação com 2015; quanto aos “*Rendimentos da Propriedade*” os mesmos averbaram um decréscimo de 1 372 803 milhares de patacas.

Nas receitas do capítulo “*Receitas de capital*”, as “Outras Receitas de Capital” registaram o maior acréscimo, constituindo estas o saldo de Gerência do ano anterior dos Organismos autónomos, mais 1 572 681 milhares de patacas face a 2015; por outro lado, verificou-se também um aumento de 36 019 milhares de patacas na “*Activos Financeiros*”, o que se explica principalmente por um aumento face a 2015 da recuperação dos empréstimos a médio e longo prazos.

O Orçamento autorizado da despesa ordinária integrada do Governo, de 2016, ascendeu a 96 537 971 milhares de patacas, aumentando em 5 178 003 milhares de patacas, face ao Orçamento inicial de 91 359 968 milhares de patacas; do Orçamento autorizado da despesa, 4 908 361 milhares de patacas resultaram da integração na rubrica “Dotação provisional” das despesas orçamentais e dos saldos excedentários do ano de 2015, efectuada pelos Organismos autónomos, através do primeiro orçamento suplementar, nos termos do RAFP.

A Despesa ordinária integrada do Governo, de 2016, totalizou 82 629 101 milhares de patacas, o que representa um acréscimo de 2,3%, no valor de 1 875 271 milhares de patacas, em relação ao ano de 2015; desta despesa, as “Despesas correntes”, situaram-se em 70 497 914 milhares de patacas, com uma subida de 2 478 643 milhares de patacas relativamente a 2015, sendo que as “Despesas de Capital”, que incluem o PIDDA, cifraram-se em 12 131 187 milhares de patacas, representando uma queda de 603 372 milhares de patacas face o ano de 2015.

Nas “Despesas correntes”, o item que registou o maior aumento foi o do “Pessoal”, com uma

despesa efectivamente realizada em 2016, no valor de 18 402 400 milhares de patacas, mais 1 213 605 milhares de patacas, face a 2015, ou seja, mais 7,1%, o que se explica principalmente, pela actualização dos vencimentos e pensões de aposentação e de sobrevivência dos trabalhadores da Administração Pública, que com a entrada em vigor do artigo 23.º da Lei n.º 15/2015 em 1 de Janeiro de 2016, determinando o aumento de despesas efectivas na área da “Remunerações certas e permanentes”.

O saldo integrado de 2016 totalizou 27 872 847 milhares de patacas, no qual os saldos orçamentais dos Serviços centrais e dos Organismos autónomos se posicionaram, respectivamente, em 21 681 331 milhares de patacas e 6 191 516 milhares de patacas. O saldo dos Serviços centrais encontra-se contabilizado na Reserva Financeira, nos termos da Lei n.º 8/2011 «Regime Jurídico da Reserva Financeira».

Execução do Orçamento ordinário integrado do Governo

	Notas	2016 Orçamento inicial	2016 Orçamento autorizado	2016 Dados efectivos	2016 Execução (%)
<u>Receitas</u>					
Receitas correntes					
Impostos directos	1	79,456,699	79,476,142	88,456,692	111.3
Impostos indirectos	2	4,473,083	4,644,407	4,076,236	87.8
Taxas, multas e outras penalidades	3	1,875,848	1,929,867	2,017,126	104.5
Rendimentos da propriedade	4	1,726,801	1,726,801	1,833,519	106.2
Transferências	5	4,197,203	4,226,203	5,226,263	123.7
Venda de bens duradouros	6	2,456	2,456	2,082	84.8
Venda de serv. e bens não duradouros	7	1,236,741	1,231,878	1,157,087	93.9
Outras receitas correntes	8	101,414	102,134	183,819	180.0
Total das receitas correntes		93,070,245	93,339,887	102,952,824	110.3
Receitas de capital					
Venda de bens de investimento	9	152,245	152,245	675,689	443.8
Transferências de capital		21	21	23	108.6
Activos financeiros	10	424,691	424,691	591,831	139.4
Outras receitas de capital	11	1,150,656	6,059,016	6,059,016	100.0
Rep. não abatidas nos pagamentos	12	31,428	31,428	222,564	708.2
Total das receitas de capital		1,759,041	6,667,402	7,549,124	113.2
Total das receitas		94,829,286	100,007,289	110,501,949	110.5
<u>Despesas</u>					
Despesas correntes					
Pessoal	13	19,673,427	19,614,284	18,402,400	93.8
Bens e serviços	14	12,064,196	12,317,003	9,851,231	80.0
Transferências correntes	15	39,622,619	40,863,326	39,071,591	95.6
Outras despesas correntes	16	5,133,345	5,165,230	3,172,692	61.4
Total das despesas correntes		76,493,586	77,959,842	70,497,914	90.4
Despesas de capital					
Investimentos	17	12,348,099	12,395,834	9,506,493	76.7
Transferências de capital	18	1,000,070	750,350	635,393	84.7
Operações financeiras	19	1,284,085	5,189,708	1,989,301	38.3
Outras despesas de capital		234,128	242,236	0	0.0
Total das despesas de capital		14,866,382	18,578,129	12,131,187	65.3
Total das despesas		91,359,968	96,537,971	82,629,101	85.6
Saldo integrado do exercício		3,469,318	3,469,318	27,872,847	-

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

1. Impostos directos

Os “Impostos directos” constituíram 85,9% das receitas correntes, representando 80% do total da Receita ordinária integrada do Governo, tendo as receitas efectivas deste item evidenciado uma diminuição de 5,3% comparativamente às efectivamente cobradas em 2015, o que se deveu à queda da receita do “Imposto de Jogos de Fortuna ou Azar” :

	Notas	2016 Orçamento inicial	2016 Orçamento autorizado	2016 Receita efectiva	2015 Receita efectiva	2016 Execução (%)
Imposto de jogos de fortuna ou azar	(a)	71,568,200	71,568,200	79,274,613	84,243,787	110.8
Imposto complementar de rendimentos	(b)	4,248,000	4,248,000	5,395,397	5,746,473	127.0
Imposto profissional	(c)	2,110,000	2,110,000	2,138,597	2,057,681	101.4
Contribuição predial urbana	(d)	771,475	771,475	996,239	764,449	129.1
Imposto de circulação		400,000	400,000	268,251	266,624	67.1
Contribuição industrial		0	0	150	414	-
Outras receitas das concessões de exclusivos	(e)	359,023	378,467	383,445	338,507	101.3
		79,456,699	79,476,142	88,456,692	93,417,936	111.3

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Imposto de jogos de fortuna e azar

		2016 Orçamento inicial	2016 Orçamento autorizado	2016 Receita efectiva	2015 Receita efectiva	2016 Execução (%)
Imposto especial sobre o jogo		70,000,000	70,000,000	77,608,386	82,526,168	110.9
Prémio		1,378,200	1,378,200	1,393,832	1,380,089	101.1
Comissões dos promotores de jogo		190,000	190,000	272,395	337,531	143.4
		71,568,200	71,568,200	79,274,613	84,243,787	110.8

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

No “Imposto de jogos de fortuna e azar”, destaca-se o “Imposto especial sobre o jogo”, no valor de 77 608 386 milhares de patacas, com um decréscimo de 4 917 782 milhares de patacas, em relação aos 82 526 168 milhares de patacas de 2015. Com referência às “Comissões dos promotores de jogo”, houve um decréscimo de 19,3%, face ao ano de 2015.

(b) *Imposto complementar de rendimentos*

Nas receitas do “Imposto complementar de rendimentos” de 2016 registou-se um valor de 5 395 397 milhares de patacas, traduzindo uma queda de 6,1% em relação às de 2015. De acordo com as Linhas de Acção Governativa da RAEM de 2016, foi aumentado o limite de isenção do rendimento colectável a cobrar em 2015, do “Imposto complementar de rendimentos” de 2015, de 300 mil patacas para 600 mil patacas. Nesse contexto, verificou-se, uma queda de 351 075 milhares de patacas no “Imposto complementar de rendimentos”.

(c) *Imposto profissional*

Neste âmbito, de acordo com as medidas de dedução e de isenção fiscais definidas nas Linhas de Acção Governativa da RAEM de 2016, manteve-se em 2016 a dedução, em 30%; do Imposto profissional aplicado a toda a população activa, com o limite de isenção em 144 milhares de patacas. As receitas efectivas deste ano situaram-se em 2 138 597 milhares de patacas, o que, comparativamente ao ano de 2015, representam mais 80 915 milhares de patacas.

(d) *Contribuição predial urbana*

Com a continuidade da medida de dedução à colecta da “Contribuição predial urbana”, pelo valor fixo de 3 500 patacas, verificou-se nesse item uma receita efectiva de 996 239 milhares de patacas, mais 231 791 milhares de patacas do que no ano de 2015.

(e) *Outras Receitas das Concessões de Exclusivos*

	2016	2016	2016	2015	2016
	Orçamento	Orçamento	Receita	Receita	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Exclusivo das lotarias chinesas	1,931	1,942	2,119	2,146	109.2
Exclusivo das corridas de galgos	8,175	8,175	4,670	7,869	57.1
Exclusivo das corridas de cavalos	2,900	22,333	22,333	7,450	100.0
Exclusivo das telecomunicações	0	0	0	15,140	-
Exclusivo do serviço de abastecimento de água	10,172	10,172	11,276	10,172	110.9
Exclusivo da energia eléctrica	63,000	63,000	62,446	59,158	99.1
Exclusivo das lotarias instantâneas	183,100	183,100	178,718	169,637	97.6
Exclusivo da Sociedade do Mercado Abastecedor Nam Yue	253	253	271	220	107.2
Exploração de silos e parques automóveis	65,446	65,446	85,347	65,542	130.4
Exclusivo da Companhia de Gestão de Participações e Energia Sinosky, Limitada	4,088	4,088	0	0	0.0
Rendimentos dos contratos de concessão para telecomunicações	19,958	19,958	16,263	1,172	81.5
	359,023	378,467	383,445	338,507	101.3

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

Em comparação com o ano de 2015, as receitas desta área de actividade evidenciaram em 2016 um acréscimo de 44 937 milhares de patacas; de entre essas receitas, as receitas efectivamente cobradas pelo item “Exclusivo das lotarias instantâneas” foram de 178 718 milhares de patacas, apresentando um acréscimo, perante 2015, de 5,4%, na ordem de 9 081 milhares de patacas; quanto ao item “Exclusivo das corridas de cavalos” constatou-se uma subida de 22 333 milhares de patacas, ou seja, 199,8% relativamente a 2015. Por sua vez, os itens que apresentaram uma subida dizem respeito ao

item “Exploração de silos e parques automóveis”, no valor de 19 805 milhares de patacas, com 30,2%. Como a prestação dos serviços públicos de telecomunicações e de televisão deixou de ser na concessionada na forma de exclusivo, tendo-se passado o respectivo rendimento de ganho a ser registado, no “Rendimento dos contratos de concessão para telecomunicações”, não se constatando, nesta conformidade, qualquer receita no “Exclusivo das telecomunicações”.

2. Impostos indirectos

Os “Impostos indirectos” preencheram 3,7% da receita ordinária integrada do Governo, apresentando uma diminuição de 3,4% relativamente a 2015. A receita efectiva deste item registou, na sua totalidade, um decréscimo de 144 880 milhares de patacas, face às efectivamente cobradas em 2015.

		2016	2016	2016	2015	2016
	Notas	Orçamento inicial	Orçamento autorizado	Receita efectiva	Receita efectiva	Execução (%)
Imposto de turismo		541,939	713,262	713,262	664,844	100.0
Imposto do selo	(a)	2,027,961	2,027,961	2,395,905	2,050,465	118.1
Imposto de consumo		1,220,000	1,220,000	445,977	511,211	36.6
Imposto sobre veículos motorizados	(b)	683,184	683,184	521,093	994,597	76.3
		4,473,083	4,644,407	4,076,236	4,221,116	87.8

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Imposto do selo

Em 2016, o Governo da Região deu continuidade aos benefícios de concessão de isenção do “Imposto do selo”, até ao valor de 3 000 milhares de patacas, aos residentes permanentes da RAEM que não fossem proprietários de qualquer imóvel (destinado apenas a habitação), e isenção dos selos de seguros de vida e não vida, de despesas bancárias de expediente e de

bilhetes de entrada ou de assistência pessoal a espectáculos, exposições ou diversões de qualquer natureza; sob estas medidas, o “Imposto do selo” atingiu um valor de 2 395 905 milhares de patacas, representando uma taxa de execução de 118,1%, com um acréscimo de 16,8% face ao ano de 2015. De entre os itens do “Imposto do selo”, à excepção da diminuição do “Selo” e do “Imposto do selo especial” que é devido na transmissão, em curto espaço de tempo, de bens imóveis ou respectivos direitos sobre bens imóveis, localizados na Região Administrativa Especial de Macau, nos termos da Lei n.º 6/2011, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 15/2012, respectivamente no valor de 278 milhares de patacas e 1 367 milhares de patacas em 2016, as restantes receitas efectivamente cobradas superaram as efectivamente cobradas em 2015, neste âmbito, foram registadas receitas no item “Imposto do selo sobre transmissão de bens”, no valor de 1 761 050 milhares de patacas, traduzindo um acréscimo de 21,3% face ao valor efectivamente arrecadado de 1 452 263 milhares de patacas em 2015.

(b) *Imposto sobre veículos motorizados*

Em 2016, este item registou uma receita de 521 093 milhares de patacas, representando um decréscimo de 47,6% em relação a 2015, influenciado maioritariamente pela actualização, efectuada a partir do final de 2015, da taxa do imposto sobre veículos motorizados.

3. Taxas, Multas e Outras Penalidades

		2016	2016	2016	2015	2016
	Notas	Orçamento	Orçamento	Receita	Receita	Execução
		inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Taxas	(a)	1,586,096	1,640,115	1,657,385	1,672,131	101.1
Multas e outras penalidades	(b)	289,752	289,752	359,741	348,047	124.2
		<u>1,875,848</u>	<u>1,929,867</u>	<u>2,017,126</u>	<u>2,020,177</u>	<u>104.5</u>

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) *Taxas*

	2016	2016	2016	2015	2016
	Orçamento	Orçamento	Receita	Receita	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Taxa de justiça	34,000	34,000	43,634	37,962	128.3
Taxas dos serviços de registo e notariado	605,191	658,455	595,350	606,362	90.4
Taxas de serviços de identificação	44,500	44,500	39,204	44,565	88.1
Taxas sobre assuntos cívicos e municipais	68,500	68,500	22,063	22,454	32.2
Taxas de construção urbana	48,460	48,460	51,838	47,332	107.0
Emolumentos portuários e marítimos	47,000	47,000	45,724	49,954	97.3
Registo de propriedade industrial	25,570	25,570	24,943	30,418	97.5
Taxas de entrada, permanência/residência em Macau	28,011	28,011	29,928	28,652	106.8
Taxa dos serv. de telecomunicações	151,367	151,367	124,427	129,837	82.2
Taxa dos serv. de radiocomunicações	110,000	110,000	135,063	112,216	122.8
Taxas a cobrar pela emissão de licenças de obras	3,760	3,760	1,802	1,514	47.9
Emolumentos pela emissão de certificados de origem, guias e licenças de exportação	173	173	92	166	53.4
Taxa sobre actividades financeiras e monetárias	4,750	4,750	4,918	5,283	103.5
Taxa sobre assuntos de tráfego	290,007	290,007	399,532	418,699	137.8
Taxa sobre água bruta	110,000	110,000	108,476	119,029	98.6
Outras taxas	14,807	15,562	30,392	17,688	195.3
	1,586,096	1,640,115	1,657,385	1,672,131	101.1

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

Quanto às receitas provenientes das várias “Taxas” efectivamente cobradas em 2016 pela RAEM, registou-se um valor de 1 657 385 milhares de patacas, representando 14 746 milhares

de patacas a menos, comparativamente ao ano de 2015, no valor de 1 672 131 milhares de patacas, o que corresponde a uma queda de 0,9%. Destas destacam-se os valores lançados nos itens “*Taxas dos serviços de registo e notariado*”, “*Taxa sobre assuntos de tráfego*” e “*Taxa da água bruta*”, que perfizeram 1 103 357 milhares de patacas, com um decréscimo de 40 733 milhares de patacas, relativamente ao ano de 2015. Por outro lado, as “*Taxas dos Serviços de Radiocomunicações*” rondaram 135 063 milhares de patacas, significando um aumento de 22 847 milhares de patacas em comparação com os 112 216 milhares de patacas de 2015.

(b) *Multas e Outras Penalidades*

	2016	2016	2016	2015	2016
	Orçamento	Orçamento	Receita	Receita	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Infracções e dívidas fiscais	6,076	6,076	12,492	12,118	205.6
Juros de mora e Juros compensatórios	16,194	16,194	24,260	41,318	149.8
Infracções administrativas	244,281	244,281	281,772	250,939	115.3
Sentenças judiciais e leis de processo	14,900	14,900	17,251	16,965	115.8
Outras multas e penalidades	8,302	8,302	23,966	26,707	288.7
	<u>289,752</u>	<u>289,752</u>	<u>359,741</u>	<u>348,047</u>	<u>124.2</u>

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

A receita desta rubrica, em 2016, registou uma taxa de execução de 124,2%, reflectindo um acréscimo de 11 694 milhares de patacas, comparativamente a 2015. Esta acréscimo resultou, essencialmente, da subida da receita oriunda das “*Infracções administrativas*” que averbaram mais 30 833 milhares de patacas que as receitas cobradas em 2015; os “*Juros de Mora e Compensatórios*”, detiveram o maior decréscimo de 41,3%, ou seja, inferiores em 17, 058 milhares de patacas relativamente às cobradas em 2015.

4. Rendimentos da Propriedade

		2016	2016	2016	2015	2016
	Notas	Orçamento	Orçamento	Receita	Receita	Execução
		inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Juros		21,504	21,504	31,006	32,163	144.2
Dividendos		112,204	112,204	114,216	112,365	101.8
Rendas de terrenos		294,833	294,833	388,571	280,760	131.8
Prémios de concessões	(a)	1,095,856	1,095,856	1,099,725	1,781,033	100.4
Outros rendimentos da propriedade	(b)	202,403	202,403	200,000	1,000,000	98.8
		1,726,801	1,726,801	1,833,519	3,206,321	106.2

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Prémios de Concessões

Nas receitas efectivamente arrecadadas desta rubrica, em 2016, verificou-se um valor de 1 099 725 milhares de patacas, que representou um decréscimo de 681 308 milhares de patacas, menos 38,3%, comparativamente ao valor efectivo de 1 781 033 milhares de patacas registado em 2015.

(b) Outros rendimentos da propriedade

Nas receitas efectivamente arrecadadas desta rubrica, em 2016, registou-se um valor de 200 000 milhares de patacas, representando uma redução de 800 000 milhares de patacas, comparativamente ao valor efectivo de ano de 2015, que totalizou 1 000 000 milhares de patacas, o que se justifica pelo decréscimo da receita lançada no item “*Comparticipação nos resultados da AMCM*”.

5. Transferências

		2016	2016	2016	2015	2016
	Notas	Orçamento	Orçamento	Receita	Receita	Execução
		inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Sector público	(a)	170,000	171,000	276,961	179,789	162.0
Empresas públicas		0	0	0	0	-
Empresas privadas	(b)	4,015,752	4,015,752	4,936,778	5,151,652	122.9
Instituições particulares e Outros sectores		11,451	39,451	12,524	3,272	31.7
		4,197,203	4,226,203	5,226,263	5,334,712	123.7

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Sector público

As transferências do “Sector público” referem-se, principalmente, às receitas das transferências arrecadadas pelos Organismos autónomos dos Organismos especiais, incluindo, ainda, as “Receitas consignadas”, “Comparticipações” e “Transferências orçamentais” provenientes da Caixa do Tesouro da RAEM pelos Organismos autónomos e, que não puderam ser eliminadas, em virtude das receitas e das despesas terem ocorrido em ano diferente. As receitas de 2016 traduziram-se em 276 961 milhares de patacas, mais 97 172 milhares de patacas do que no ano de 2015.

(b) Empresas privadas

As transferências das “Empresas privadas” provieram, essencialmente, da cobrança, em conformidade com a alínea 8) do artigo 22.º da Lei n.º 16/2001, das contribuições da indústria do jogo para o desenvolvimento urbanístico, a promoção turística e a segurança social, que, após cobradas, foram processadas directamente como receitas a favor do Fundo de Segurança

Social, do Fundo de Turismo e de outros organismos beneficiários. Em 2016, as transferências das “Empresas privadas” ascenderam a 4 936 778 milhares de patacas, representando um decréscimo de 214 873 milhares de patacas, relativamente a 2015, ou seja, 4,2%.

6. Vendas de Bens Duradouros

Em 2016, a receita foi de 2 082 milhares de patacas, com uma taxa de execução de 84,8%, resultante, essencialmente, das receitas por arrematação de bens abatidos à carga da RAEM, no valor de 1 997 milhares de patacas.

7. Venda de serviços e bens não duradouros

	2016	2016	2016	2015	2016
Notas	Orçamento inicial	Orçamento autorizado	Receita efectiva	Receita efectiva	Execução (%)
Rendas de habitações	148,756	148,756	151,927	145,313	102.1
Rendas de edifícios e instalações	95,834	95,884	115,168	82,315	120.1
Rendas de equipamentos e bens duradouros	872	872	539	349	61.8
Venda de serviços e bens (a)	991,279	986,365	889,452	1,122,935	90.2
	1,236,741	1,231,878	1,157,087	1,350,912	93.9

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) *Venda de serviços e bens*

	2016	2016	2016	2015	2016
	Orçamento	Orçamento	Receita	Receita	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Ensino e formação	424,167	424,167	377,546	383,428	89.0
Investigação, consultadoria e tradução	51,593	51,593	61,506	61,544	119.2
Higiene, saúde e medicina	64,400	64,400	74,324	70,648	115.4
Cultura, desporto e recreio	64,319	59,915	64,311	99,896	107.3
Gestão imobiliária	14,937	14,937	15,771	14,083	105.6
Promoção de actividades	6,061	6,061	6,545	6,915	108.0
Imprensa e publicações técnicas	68,286	68,286	66,597	68,568	97.5
Alojamento e alimentação	25,532	25,532	28,446	27,057	111.4
Receita de emolumentos de serv. de autocarros	156,000	156,000	20,506	213,534	13.1
Receita dos auto-silos	91,083	91,083	149,954	130,300	164.6
Outras	24,903	24,393	23,947	46,963	98.2
	991,279	986,365	889,452	1,122,935	90.2

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

As receitas registadas nos itens “Ensino e formação” e “Emolumentos de serviços de autocarros”, foram de 377 546 milhares de patacas e de 149 954 milhares de patacas, respectivamente. A receita do item “Ensino e formação” foi obtida através da prestação de serviços de formação por parte de Organismos autónomos, como o Fundo de Acção Social Escolar, a Autoridade de Aviação Civil, a Universidade de Macau, o Instituto Politécnico de Macau, o Fundo de Cultura, o Instituto de Formação Turística, o Fundo Social da Administração Pública de Macau, etc., realçando-se, em 2016, as arrecadadas pela Universidade de Macau, pelo Instituto Politécnico de Macau e pelo Instituto de Formação Turística, que perfizeram 96,7% da receita do item “Ensino e formação”, respectivamente no valor de 255 683 milhares de patacas, 74 614 milhares de patacas e 34 715 milhares de patacas. A “Receita dos auto-silos” provém das tarifas dos auto-silos públicos, geridos

directamente pela Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, em 2016, tendo este item averbado 149 954 milhares de patacas, reflectindo um incremento de 19 654 face à de 2015, isto é, 15%. Por outro lado, as receitas dos “Emolumentos de serviços de autocarros” são as tarifas pagas pelos passageiros, e, nos termos do contrato de adjudicação do concurso público para “Serviço público de transportes colectivos rodoviários de passageiros de Macau”, as tarifas passaram a não constituir receitas a favor do Governo da RAEM, a partir dos meados de Janeiro de 2016. Pelo que, em 2016, as receitas arrecadadas atingiram o valor apenas de 20 506 milhares de patacas, menos 193 029 milhares de patacas do que o total de 213 534 milhares de patacas, arrecadadas em 2015, representando um decréscimo de 90,4%.

8. Outras Receitas Correntes

Em 2016, as receitas situaram-se em 183 819 milhares de patacas, traduzindo uma queda de 342 942 milhares de patacas, face às 526 761 milhares de patacas arrecadadas em 2015.

		2016	2016	2016	2015	2016
	Notas	Orçamento inicial	Orçamento autorizado	Receita efectiva	Receita efectiva	Execução (%)
Contrib. p/assistência médica	(a)	57,062	57,062	69,856	64,809	122.4
Quotas de sócios		14,160	14,160	14,999	14,188	105.9
Remuner. dos delegados do Governo		348	1,018	1,018	1,130	100.0
Comparticipações nas receitas de balcões de câmbio		18,778	18,778	17,752	16,738	94.5
Indemnizações		37	37	3,980	7,688	10,873.6
Recuperação de créditos		0	0	74	0	-
Receitas eventuais e não especificadas	(b)	11,029	11,079	76,140	422,208	687.3
		101,414	102,134	183,819	526,761	180.0

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) *Contribuições para assistência médica*

Respeitam às receitas próprias dos Serviços de Saúde, da Universidade de Macau e do Instituto Politécnico de Macau, das quais, as contribuições para assistência médica prestadas pelos trabalhadores da função pública, cobradas pelos Serviços de Saúde, no valor de 63 845 milhares de patacas, detiveram o maior peso, representando 91,4%.

(b) *Receitas Eventuais e não especificadas*

As receitas desta rubrica de 2016, representaram 76 140 milhares de patacas, menos 346 068 milhares de patacas do que as receitas do ano de 2015, no valor de 422 208 milhares de patacas, o que se deveu aos bens ilícitos confiscados pelo Governo da RAEM, situando-se os mesmos em 345 800 milhares de patacas.

9. Venda de bens de investimento

As receitas correspondentes à “Venda de bens de investimento”, em 2016, cifraram-se em 675 689 milhares de patacas, com uma taxa de execução de 443,8%, representando uma diminuição de 10% face à receita de 750 504 milhares de patacas de 2015, o que se explica pela queda, em 2016, da receita resultante da venda de habitação pública, cujos valores registados evidenciaram 649 288 milhares de patacas, significando menos 10,7% do que as receitas de 2015, de 727 233 milhares de patacas. Por outro lado, quanto às prestações relativas ao custo de construção, em consequência da transferência do novo edifício de carga e da extensão da plataforma de estacionamento sul do Aeroporto Internacional de Macau para a CAM – Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, SARL, foi paga por esta, em 2016, a oitava prestação, no valor de 22 500 milhares de patacas, ficando, ainda duas prestações por pagar.

10. Activos financeiros

As receitas do capítulo “Activos financeiros” provieram, fundamentalmente, da cobrança das amortizações dos vários empréstimos concedidos pelos seguintes Organismos autónomos: Fundo de Acção Social Escolar, Fundo do Desenvolvimento Industrial e de Comercialização, Obra Social da Polícia de Segurança Pública, e Fundo de Desenvolvimento e Apoio à Pesca. A receita efectiva, em 2016, foi de 591 831 milhares de patacas, traduzindo um acréscimo de 6,5%, face ao ano de 2015.

11. Outras Receitas de Capital

Compreende os saldos de gerência dos Organismos autónomos, integrados na receita do ano a que respeitam, nos termos do RAFP, no montante total de 6 059 016 milhares de patacas, reflectindo um crescimento de 35,1% comparativamente ao ano de 2015, no valor de 1 572 681 milhares de patacas.

12. Reposições não Abatidas nos Pagamentos

Compreendem os montantes pagos, a título de despesas pelos serviços ou organismos e repostos junto dos mesmos, após o fim do ano económico em que se realiza o correspondente pagamento. As receitas de 2016 rondaram 222 564 milhares de patacas, inferiores em 6,8%, comparativamente ao ano de 2015.

13. Pessoal

Em termos das despesas de “Pessoal”, o Orçamento autorizado situou-se em 19 614 284 milhares de patacas, tendo as despesas efectivas evidenciado 18 402 400 milhares de patacas, com uma taxa de

execução de 93,8%. No âmbito desta rubrica, as “Remunerações certas e permanentes” foram, proporcionalmente, as mais elevadas.

		2016	2016	2016	2015	2016
	Notas	Orçamento inicial	Orçamento autorizado	Despesa efectiva	Despesa efectiva	Execução (%)
Remunerações certas e permanentes	(a)	16,990,847	16,855,370	16,029,993	14,900,189	95.1
Remunerações acessórias		1,979,771	2,028,756	1,773,945	1,719,629	87.4
Abonos em espécie		64,642	69,889	42,085	46,418	60.2
Classes inactivas		7,941	7,941	2,171	2,826	27.3
Previdência social		539,580	546,368	487,252	448,253	89.2
Compensação de encargos		90,646	105,959	66,955	71,480	63.2
		19,673,427	19,614,284	18,402,400	17,188,795	93.8

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Remunerações certas e permanentes

As despesas efectivas, a título de “Remunerações certas e permanentes”, foram de 16 029 993 milhares de patacas, com um acréscimo de 1 129 804 milhares de patacas, em comparação com o ano de 2015. O acréscimo deveu-se à entrada em vigor do artigo 23.º da Lei n.º 15/2015 - Actualização dos vencimentos e pensões de aposentação e sobrevivência dos trabalhadores da Administração Pública, em 1 de Janeiro de 2016, determinando, por isso, um acréscimo da despesa em causa.

14. Bens e serviços

O valor do Orçamento autorizado para os “Bens e serviços” ascendeu a 12 317 003 milhares de patacas, tendo sido efectivamente pagos 9 851 231 milhares de patacas.

		2016	2016	2016	2015	2016
	Notas	Orçamento	Orçamento	Despesa	Despesa	Execução
		inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Bens duradouros	(a)	379,599	417,514	223,873	235,776	53.6
Bens não duradouros	(b)	2,614,335	2,711,422	2,248,683	2,120,833	82.9
Aquisição de serviços	(c)	9,070,261	9,188,067	7,378,675	7,627,879	80.3
		12,064,196	12,317,003	9,851,231	9,984,488	80.0

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) *Bens duradouros*

Nas despesas deste âmbito, registou-se um valor efectivo de 223 873 milhares de patacas, com uma queda de 11 903 milhares de patacas, face ao ano de 2015. Entre estes, registou-se um decréscimo na despesa dos itens “Material de defesa e segurança”, “Material de aquartelamento e alojamento”, “Material de educação, cultura e recreio” e “Equipamento de secretaria” face à de 2015. Por sua vez, as despesas dos outros itens evidenciaram uma subida.

	2016	2016	2016	2015	2016
	Orçamento	Orçamento	Despesa	Despesa	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Construções e grandes reparações	145,890	158,736	67,066	45,064	42.3
Material de defesa e segurança	27,824	27,768	8,354	15,696	30.1
Material de aquartelamento e alojamento	18,012	19,002	9,940	11,681	52.3
Material de educação, cultura e recreio	36,991	23,845	12,354	53,777	51.8
Material fabril, oficial e de laboratório	92,179	120,555	85,820	68,577	71.2
Material honorífico e de representação	999	1,039	308	275	29.7
Equipamento de secretaria	15,966	21,486	9,916	12,132	46.2
Outros	41,739	45,085	30,115	28,573	66.8
	379,599	417,514	223,873	235,776	53.6

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(b) *Bens não duradouros*

As despesas efectivas do grupo “Bens não duradouros” cifraram-se em 2 248 683 milhares de patacas, correspondendo a uma taxa de execução de 82,9%, mais 127 849 milhares de patacas do que no ano de 2015, o que se deveu, na sua maioria, ao acréscimo das despesas com os “Medicamentos, vacinas e material de consumo clínico”, com 7,2%, em comparação com os 1 222

910 milhares de patacas do ano de 2015, ou seja, mais 88 276 milhares de patacas, nas quais predominam as despesas destinadas à aquisição de produtos farmacêuticos dos Serviços de Saúde. A fim de se distinguir as despesas com “materiais promocionais e ofertas” das despesas com “dádivas” com a natureza de cortesia, desagregam-se, a partir de 2016, as “Lembranças e ofertas” em “Materiais promocionais e ofertas” e “Dádivas”. Paralelamente, a despesa com materiais promocionais e ofertas relacionada com a realização de actividades em Macau ou no exterior, integra-se também em “Materiais promocionais e ofertas”.

	2016	2016	2016	2015	2016
	Orçamento	Orçamento	Despesa	Despesa	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Matérias-primas e subsidiárias	128,343	130,999	110,166	94,307	84.1
Combustíveis e lubrificantes	47,189	45,811	30,382	28,621	66.3
Munições, explosivos e artificios	17,166	11,356	2,482	15,117	21.9
Consumos de secretaria	141,856	148,168	121,575	131,882	82.1
Alimentação	113,882	115,969	95,673	87,886	82.5
Vestuário	8,250	8,312	6,633	6,399	79.8
Medicamentos, vacinas e material de consumo clínico	1,446,997	1,516,646	1,311,186	1,222,910	86.5
Material de limpeza e desinfeção	28,540	29,012	18,108	19,705	62.4
Utensílios fabris, oficinais e de laboratório	82,466	102,475	90,956	87,953	88.8
Lembranças e ofertas	0	0	0	23,497	-
Água bruta	360,000	343,940	284,698	284,460	82.8
Materiais de propaganda e ofertas	71,648	76,279	47,089	0	61.7
Prendas	19,541	21,393	11,643	0	54.4
Outros	148,459	161,062	118,091	118,095	73.3
	2,614,335	2,711,422	2,248,683	2,120,833	82.9

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(c) *Aquisição de serviços*

Em termos de valor, dentro do item “Bens e Serviços”, a “Aquisição de serviços” deteve o maior decréscimo da despesa, no valor de 249 204 milhares de patacas, com 3,3%.

	2016	2016	2016	2015	2016
	Orçamento	Orçamento	Despesa	Despesa	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Conservação e aproveitamento de bens	1,295,517	1,572,825	1,266,934	1,024,075	80.6
Energia eléctrica, água e gás	621,253	643,690	543,158	533,645	84.4
Higiene e limpeza	302,508	290,143	249,987	237,596	86.2
Condomínio e segurança	782,573	780,207	677,848	630,598	86.9
Outros encargos das instalações	1,377	1,377	780	908	56.7
Encargos com a saúde	529,618	584,638	501,363	561,571	85.8
Locação de bens	1,140,013	1,114,047	911,028	827,796	81.8
Transportes e comunicações	393,548	426,842	289,473	296,524	67.8
Representação	49,669	55,416	32,008	31,687	57.8
Publicidade e propaganda	1,235,082	1,235,433	936,267	1,042,832	75.8
Estudos, consultadoria e tradução	527,161	553,672	417,027	484,944	75.3
Formação técnica ou especializada	133,570	127,561	82,241	89,901	64.5
Outros trabalhos especiais diversos	656,181	718,371	588,388	584,379	81.9
Seminários e congressos	34,556	27,895	10,968	21,878	39.3
Trabalhos pontuais não especializados	124,557	124,825	98,379	98,445	78.8
Actividades culturais, desportivas e recreativas	266,837	322,391	234,078	251,470	72.6
Desp. c/cunhagem e funcion. Centro Processamento Moedas	4,080	4,380	4,380	4,080	100.0
AMCM - custos de gestão financeira	300,000	300,000	300,000	225,000	100.0
Despesas bancárias de expediente	10,423	10,522	6,131	6,000	58.3
Despesas com o serviço público de transportes colectivos de passageiros	427,880	58,000	57,962	540,963	99.9
Despesas com o serviço de telecomunicações públicas	32,423	32,423	28,971	28,390	89.4
Visitas e actividades de intercâmbio em missão oficial de serviços	53,183	52,645	35,762	0	67.9
Outros encargos não especificados	148,254	150,767	105,543	105,196	70.0
	9,070,261	9,188,067	7,378,675	7,627,879	80.3

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

15. Transferências Correntes

Em 2016, o valor do Orçamento autorizado para o capítulo das Transferências Correntes foi de 40 863 326 milhares de patacas, sendo que a despesa efectivamente paga se fixou em 39 071 591 milhares de patacas, correspondendo a uma taxa de execução de 95,6%.

		2016	2016	2016	2015	2016
	Notas	Orçamento	Orçamento	Despesa	Despesa	Execução
		inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Sector público	(a)	18,546,056	19,385,277	19,057,403	19,367,284	98.3
Instituições particulares	(b)	6,699,146	7,091,152	6,432,442	5,904,197	90.7
Particulares	(c)	14,305,172	14,305,013	13,506,060	12,517,362	94.4
Exterior	(d)	72,245	81,884	75,687	78,157	92.4
		39,622,619	40,863,326	39,071,591	37,867,000	95.6

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Sector público

As despesas do “Sector público” efectivamente pagas, foram de 19 057 403 milhares de patacas, com uma redução de 309 881 milhares de patacas, face ao ano de 2015. Incluem, essencialmente, as despesas orçamentais de equipas de projecto e de acções no valor de 684 789 milhares de patacas, as transferências que não puderam ser feitas no mesmo ano económico, a título de receitas consignadas, as participações e transferências orçamentais (no valor não eliminado de 154 106 milhares de patacas), bem como as dotações concedidas aos Organismos especiais (ao Fundo de Segurança Social, ao Fundo de Pensões e à Fundação Macau, respectivamente no valor de 18 120 624 milhares de patacas, de 93 709 milhares de patacas e de 4 175 milhares de patacas).

(b) Instituições particulares

Neste item, as despesas efectivamente pagas posicionaram-se em 6 432 442 milhares de patacas,

com um acréscimo de 528 244 milhares de patacas, comparativamente ao ano de 2015. Este capítulo respeita, essencialmente, aos apoios transferidos para as instituições particulares de natureza não comercial, compreendendo, no âmbito da educação, o plano de desenvolvimento escolar, o subsídio do ensino gratuito atribuído às escolas, o subsídio da melhoria do rácio professores/turma ou do rácio alunos/professor, o subsídio para o serviço de ensino especial, o subsídio para o serviço de apoio a estudantes e o subsídio para o ensino recorrente; em termos de acção social, diz respeito ao apoio financeiro atribuído às instituições particulares de solidariedade social e às instalações dos serviços sociais; no que concerne à saúde, envolve, sobretudo, o apoio financeiro às instituições médicas e associações; enquanto que, no âmbito da habitação, contempla, essencialmente, o Plano Provisório de Apoio Financeiro para Reparação das Instalações Comuns de Edifícios Baixos e Plano de Apoio Financeiro para Reparação de Edifícios, etc.

Principais subsídios a instituições particulares	Despesa efectiva
<u>No âmbito da educação</u>	
Subsídio do ensino gratuito	2,107,799
Subsídio da melhoria do rácio professores/turma ou do rácio alunos/professor	671,642
Plano de desenvolvimento escolar	502,173
Subsídio para o serviço de ensino especial	152,745
Subsídio para o serviço de apoio a estudantes	101,431
Subsídio para o ensino recorrente	51,134
<u>No âmbito da acção social</u>	
Actividades de apoio social [#]	1,134,296
<u>No âmbito da saúde</u>	
Apoio financeiro às instituições médicas e associações	768,395
<u>No âmbito da habitação</u>	
Plano Provis. de Apoio Financeiro para Repar. das Instal. Comuns de Edif. Baixos	12,853
Plano de Apoio Financeiro para Reparação de Edifícios	6,254
Total	5,508,724

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

[#] Actividades de apoio social incluem os apoios financeiros regular e ocasional concedido às instituições privadas.

(c) *Particulares*

A despesa do item “Particulares” efectivamente paga fixou-se em 13 506 060 milhares de patacas, correspondendo a uma taxa de execução de 94,4%, ou seja, mais 988 698 milhares de patacas, em relação ao ano de 2015, o que se deveu, sobretudo, ao acréscimo das despesas efectuadas com as Contas individuais de previdência, o Plano de comparticipação pecuniária no desenvolvimento económico, nos subsídio e prémio de antiguidade a professores das instituições de ensino particulares, no subsídio especial da melhoria da qualidade de ensino, com as Bolsas de mérito de pós-graduados de Macau, no subsídio para idosos e de invalidez bem como, ao aumento do valor concedido, a título de apoio financeiro em 2016, pelos Serviços para os Assuntos de Tráfego, à Macau Nova Era de Autocarros Públicos, S.A. e à Sociedade de Transportes Colectivos de Macau, S.A.R.L. A par disso, a Sociedade de Transportes Colectivos de Macau, S.A.R.L. celebrou, em 2016, uma revisão do contrato com o Governo da RAEM, no sentido de passar a forma de regime de concessão de serviço para regime de concessão de exploração, tendo a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, com início a 16 de Janeiro de 2016, concedido apoio financeiro a esta Sociedade.

Em 2016, foi injectada, adicionalmente, às Contas individuais de previdência uma verba de 7 mil patacas. Foi continuamente, atribuída uma verba de 9 mil patacas e de 5,4 mil patacas, respectivamente, aos residentes permanentes e aos não permanentes, conforme o Plano de comparticipação pecuniária no desenvolvimento económico. Além disso, o Governo continuou a distribuir os vales de saúde aos residentes permanentes, sendo o valor nominal de 600 patacas, bem como o subsídio mensal ao consumo de electricidade no montante máximo de 200 patacas, por fracção habitacional. Paralelamente, em 2016, o governo lançou a 2.^a fase do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo, concedendo um subsídio com o limite máximo

de 6 mil patacas e uma duração de 3 anos (de 2014 a 2016), aos residentes de Macau com idade igual ou superior a 15 anos.

Quanto a cuidados aos idosos, em 2016, foi alterado o valor da pensão de velhice de 7 500 patacas para 8 000 patacas.

Em termos das camadas menos favorecidas, para além de proceder à actualização, em Janeiro de 2016, dos critérios do valor do risco social, o Governo da RAEM concedeu, a título excepcional, um subsídio aos beneficiários do apoio económico regular, no montante igual ao apoio de um mês, bem como o apoio especial e o subsídio especial de vida aos três tipos de famílias em situação vulnerável. Em 2016, o Governo da RAEM continuou, ainda, a implementação do “Plano provisório de atribuição de abono de residência a agregados familiares da lista de candidatos a habitação social” e do “Plano das medidas provisórias do subsídio complementar aos rendimentos do trabalho”.

No tocante à educação aos estudantes, quer dos cursos do ensino superior ou de pós-graduação ministrados em Macau ou no exterior, prosseguiu-se com a atribuição dos subsídios para material escolar, no valor de 3 000 patacas, de forma a aliviar os encargos com a aquisição de livros e materiais de referência. Por outro lado, deu-se continuidade ao «Regime do Subsídio para Aquisição de Manuais Escolares», atribuindo, por ano lectivo, um subsídio aos alunos dos ensinos secundário, primário e infantil, mantendo-se o valor de 3 000 patacas, de 2 600 patacas e de 2000 patacas, respectivamente; Além disso, o Governo da RAEM concedeu, ainda, em 2016, o subsídio para o desenvolvimento profissional ao pessoal docente que exerce funções docentes nas escolas particulares do regime escolar local e do ensino recorrente, ao abrigo do «Regulamento de concessão do subsídio para o desenvolvimento profissional».

As subvenções e subsídios concedidos no decurso de 2016 pelo Governo da RAEM, de acordo com os aspectos mais relevantes das Linhas de Acção Governativa, foram os seguintes:

Itens	Valor despendido
<u>Residentes de Macau</u>	
Plano de participação pecuniária no desenvolvimento económico (incluindo os montantes em falta referentes aos anos anteriores)	5,936,555
Contas individuais de previdência (incluindo os montantes em falta referentes aos anos anteriores)	2,706,627
Plano do subsídio para o consumo de electricidade	458,310
Programa de participação nos cuidados de saúde	273,031
Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo	279,739
<u>Cuidados dos idosos</u>	
Subsídio para idosos	588,753
<u>Camadas menos favorecidas</u>	
Apoio económico regular e eventuais para indivíduo/família	321,011
Subsídio de invalidez	124,818
Plano das medidas provisórias do subsídio complementar aos rendimentos do trabalho	12,948
Abono provisório de residência aos agregados familiares da lista de candidatos a habitação social que reunissem os requisitos necessários	17,324
<u>Docentes e estudantes</u>	
Subsídio para docentes de instituições educativas e prémios de antiguidade	615,911
Subsídio de propinas aos alunos que não sejam beneficiários da escolaridade gratuita	212,897
Regime do Subsídio para Aquisição de Manuais Escolares	193,096
Subsídios para material escolar atribuídos aos cursos de ensino superior frequentados pelos residentes de Macau	96,204
Subsídios para pagamento de propinas, de alimentação e de aquisição de material escolar destinados aos estudantes com dificuldades económicas	19,435
Subsídio especial da melhoria da qualidade de ensino	13,567
Bolsas de mérito de pós-graduados de Macau	14,003
Total	11,884,229

** Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.*

(d) *Exterior*

As despesas efectivamente transferidas para o “Exterior” foram de 75 687 milhares de patacas, representando uma redução de 2 470 milhares de patacas, face ao ano de 2015. Estas despesas referem-se, essencialmente: às relativas à formação dos funcionários públicos no exterior; aos custos de funcionamento das delegações da RAEM no exterior a serem suportados pelo Fundo de Turismo; às contribuições atribuídas em 2016 ao “Plano de Cooperação no âmbito da Medicina Tradicional” entre os Serviços de Saúde e a Organização Mundial de Saúde; e às despesas respeitantes aos profissionais especialistas na área de saúde, resultantes da aplicação do «Protocolo de Cooperação no âmbito de Saúde» celebrado entre o Ministério da Saúde do Estado e o Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura da RAEM bem como o pagamento à Organização Mundial de Saúde relativo às despesas com os programas destinados a responder à epidemia e ocorrência repentina de incidentes.

16. Outras despesas correntes

O Orçamento autorizado do item “Outras despesas correntes” foi de 5 165 230 milhares de patacas, incluindo este a “Dotação provisional”, no montante de 1 509 454 milhares de patacas, que não diz respeito a despesas; por sua vez, a despesa efectiva cifrou-se em 3 172 692 milhares de patacas.

		2016	2016	2016	2015	2016
	Notas	Orçamento inicial	Orçamento autorizado	Despesa efectiva	Despesa efectiva	Execução (%)
Rendas de terrenos		420	420	18	380	4.3
Seguros		71,079	61,073	41,652	42,818	68.2
Restituições de contribuições e impostos	(a)	1,324,833	1,328,562	1,033,056	715,003	77.8
Comparticipações do regime de aposentação e sobrevivência	(b)	910,765	906,104	883,153	932,882	97.5
Comparticipações do regime de previdência	(b)	1,087,152	1,067,354	997,307	891,713	93.4
F.S.S. (enc. entidade patronal)		11,477	11,510	8,996	8,583	78.2
Pagamento e adiantamento de créditos laborais		0	65,000	11,318	0	17.4
Outros fundos de previdência		155,777	151,039	147,309	137,718	97.5
Diferença cambial		1,219	1,303	570	80	43.8
Outras	(c)	1,570,623	1,572,865	49,313	249,811	3.1
		5,133,345	5,165,230	3,172,692	2,978,988	61.4

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Restituições de contribuições e impostos

As despesas desta rubrica efectivamente pagas, posicionaram-se em 1 033 056 milhares de patacas, com uma taxa de execução de 77,8%, evidenciando um aumento de 318 052 milhares de patacas relativamente ao ano de 2015, o que se deveu a um significativo acréscimo na

restituição dos impostos efectuada nos termos do «Acordo entre a Região Administrativa Especial de Macau e a China Continental para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento».

(b) Participações do regime de aposentação e sobrevivência e do regime de previdência

Neste âmbito, as despesas efectivamente pagas situaram-se em 997 307 milhares de patacas, traduzindo um aumento de 105 594 milhares de patacas relativamente ao ano de 2015, o que se justifica pela actualização dos vencimentos e pensões de aposentação e de sobrevivência dos trabalhadores da Administração Pública, que com a entrada em vigor do artigo 23.º da Lei n.º 15/2015 em 1 de Janeiro de 2016 - determinou o aumento de despesas com contribuições para regime de previdência. Por sua vez, as despesas efectivas com as contribuições para regime de aposentação e sobrevivência cifraram-se em 883 153 milhares de patacas, correspondente a um decréscimo de 49 729 milhares de patacas relativamente ao ano de 2015.

(c) Outras

O Orçamento autorizado deste item fixou-se em 1 572 865 milhares de patacas, contudo, encontra-se contemplada no mesmo uma verba de 1 509 454 milhares de patacas afecta à “Dotação provisional”. Após exclusão desta verba, verifica-se que à despesa efectiva, no valor de 49 313 milhares de patacas, corresponde uma taxa de execução de 77,8%.

17. Investimentos

O Orçamento autorizado para o item “Investimentos” fixou-se em 12 395 834 milhares de patacas, tendo sido efectivamente pagas 9 506 493 milhares de patacas. As despesas foram principalmente constituídas pelo Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração

(PIDDA), tendo-se registado um decréscimo de 219 700 milhares de patacas, face ao ano de 2015.

	2016	2016	2016	2015	2016
	Orçamento	Orçamento	Despesa	Despesa	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Habitacões	973,595	1,139,506	1,105,014	1,352,588	97.0
Edifícios	3,177,016	3,231,695	2,083,195	1,805,953	64.5
Estradas e pontes	1,234,025	1,405,761	1,163,729	1,195,331	82.8
Portos	114,276	298,700	274,611	242,881	91.9
Construções diversas	3,962,154	3,448,359	2,879,326	3,307,548	83.5
Melhoramentos funditários	1,200	1,200	1,194	1,655	99.5
Material de transporte	699,946	552,587	402,176	460,366	72.8
Maquinaria e equipamento	1,224,660	1,405,869	877,931	819,419	62.4
Animais	2,520	2,500	2,193	0	87.7
Outros investimentos	958,709	909,658	717,125	540,452	78.8
	12,348,099	12,395,834	9,506,493	9,726,193	76.7

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

18. Transferências de Capital

O Orçamento autorizado do capítulo “Transferências de Capital” cifrou-se em 750 350 milhares de patacas, sendo que a despesa efectivamente paga ascendeu a 635 393 milhares de patacas.

		2016	2016	2016	2015	2016
	Notas	Orçamento	Orçamento	Despesa	Despesa	Execução
		inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Instituições particulares	(a)	71,870	114,750	79,544	43,249	69.3
Particulares	(b)	43,000	50,400	35,557	71,051	70.5
Exterior	(c)	885,200	585,200	520,292	37,103	88.9
		1,000,070	750,350	635,393	151,403	84.7

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) *Instituições particulares*

Os encargos compreenderam aos subsídios concedidos pelo Instituto de Acção Social a instituições particulares de solidariedade social ou a outras instituições que não prosseguem fins lucrativos, para a realização de obras e aquisição de equipamentos, no valor de 79 544 milhares de patacas, com um aumento de 36 295 milhares de patacas, face ao ano de 2015.

(b) *Particular*

Neste item de despesas registou-se um valor efectivo de 35 557 milhares de patacas, representando um decréscimo de 35 494 milhares de patacas, relativamente ao ano de 2015. De entre as quais, o valor concedido à Teledifusão de Macau, S.A., como subsídio e, ao Fundo do Desenvolvimento Industrial e de Comercialização, como encargo necessário para o financiamento empresarial previsto no «Regime da Bonificação de Juros de Créditos», tendo sido, respectivamente, de 7 400 milhares de patacas e de 28 157 milhares de patacas.

(c) *Exterior*

As dotações deste item foram afectas ao custo da 2.^a fase e da 3.^a fase da empreitada da 4.^a conduta de abastecimento de água a Macau, tendo sido paga a despesa em 2016 no valor de 520 292 milhares de patacas. Prevê-se que a empreitada seja concluída em 2017, tendo sido prevista a atribuição, faseada num período de três anos, no valor total de 527 504 milhares de renminbis.

19. Operações financeiras

A despesa deste item, efectivamente paga, foi de 1 989 301 milhares de patacas, com uma descida de 30,4%, comparativamente à despesa efectiva de 2015, de 2 856 963 milhares de

patacas.

		2016	2016	2016	2015	2016
	Notas	Orçamento inicial	Orçamento autorizado	Despesa efectiva	Despesa efectiva	Execução (%)
Investimento em título	(a)	376,790	4,351,550	1,494,070	2,157,941	34.3
Empréstimos	(b)	764,376	764,376	471,355	467,483	61.7
Outros		142,919	73,782	23,876	231,539	32.4
		1,284,085	5,189,708	1,989,301	2,856,963	38.3

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) *Investimento em títulos*

Compreende o capital destinado ao pagamento, em 2016, à Direcção de Administração da Ponte de Hong Kong – Zhuhai – Macau, e ao reforço do capital social de Macau Investimento e Desenvolvimento S.A., no valor de 210 550 milhares de patacas e de 1 283 520 milhares de patacas, respectivamente.

(b) *Empréstimos*

O valor deste item, efectivamente pago, foi de 471 355 milhares de patacas, mais 3 872 milhares de patacas, face ao ano de 2015, incluindo maioritariamente entre os empréstimos, o Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas, a Bolsa-empréstimo para Estudantes do Ensino Superior, o Plano de Desenvolvimento e Apoio à Pesca e o Plano de Apoio a Jovens Empreendedores.

Itens dos empréstimos concedidos pela RAEM	Despesa efectiva
Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas	197,663
Planos de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas	320
Bolsa-empréstimo para Estudantes do Ensino Superior	205,536
Plano de Desenvolvimento e Apoio à Pesca	6,628
Plano de apoio a jovens empreendedores	61,156

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

Análise por Classificação Funcional

Distribuída por classificação funcional, segue-se a despesa do Orçamento ordinário integrado do Governo:

		2016	2016	2016	2015	2016
	Notas	Orçamento inicial	Orçamento autorizado	Despesa efectiva	Despesa efectiva	Execução (%)
Serviços gerais da admin. pública	(a)	10,797,140	10,670,220	9,140,044	8,961,744	85.7
Segurança pública	(b)	7,821,776	7,370,687	6,845,905	6,762,980	92.9
Educação	(c)	11,410,877	11,574,701	10,193,306	9,633,106	88.1
Saúde	(d)	7,753,909	7,812,939	6,701,780	6,319,247	85.8
Previdência social	(e)	8,374,406	8,267,753	7,756,195	7,438,274	93.8
Habituação	(f)	1,450,987	2,147,219	1,390,503	1,690,841	64.8
Outros serv. colectivos e sociais	(g)	3,277,797	4,040,533	2,895,860	2,223,980	71.7
Serviços económicos	(h)	11,903,224	15,919,729	9,918,049	8,760,193	62.3
Outras funções	(i)	28,569,854	28,734,191	27,787,459	28,963,466	96.7
		91,359,968	96,537,971	82,629,101	80,753,830	85.6

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Serviços Gerais da Administração Pública

A despesa desta função subdivide-se em “Administração geral” e “Justiça, ordem e segurança”, incluindo: a primeira, as despesas com os órgãos de poderes públicos, a administração financeira e a administração interna; enquanto que a última, congrega as despesas com a administração, regulamentação e investigação ligadas à ordem, Tribunais, Polícia Judiciária e todo o sistema judiciário, estabelecimento de correcção e recuperação e serviços de registo e

identificação. O Orçamento autorizado desta função averbou um valor de 10 670 220 milhares de patacas, sendo que a despesa, efectivamente paga, ascendeu a 9 140 044 milhares de patacas, representando um crescimento de 178 300 milhares de patacas, face ao ano de 2015. O acréscimo deveu-se à entrada em vigor do artigo 23.º da Lei n.º 15/2015 - Actualização dos vencimentos e pensões de aposentação e sobrevivência dos trabalhadores da Administração Pública, em 1 de Janeiro de 2016, determinando, por isso, um acréscimo da despesa em causa.

(b) *Segurança pública*

O Orçamento autorizado da “Segurança pública” consubstanciou-se em 7 370 687 milhares de patacas, com referência à despesa, efectivamente paga, de 6 845 905 milhares de patacas.

Em comparação com as despesas do ano de 2015, evidenciou-se uma subida de 82 925 milhares de patacas, influenciada, principalmente, pela entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2016, do artigo 23.º da Lei n.º 15/2015 - Actualização dos vencimentos e pensões de aposentação e sobrevivência dos trabalhadores da Administração Pública, o que justificou um acréscimo da despesa com o pessoal, neste âmbito.

(c) *Educação*

O Orçamento autorizado da despesa no item “Educação” cifrou-se em 11 574 701 milhares de patacas, tendo sido, efectivamente pagos, 10 193 306 milhares de patacas, correspondendo a uma taxa de execução de 88,1%. Este item integra as despesas do Governo afectas ao ensino não superior e superior, bem como a subvenção que visa apoiar e promover o desenvolvimento das escolas particulares, a atribuição da bolsa de mérito, de estudo e da bolsa-empréstimo aos estudantes para prosseguirem os estudos no ensino superior. Em comparação com as despesas

do ano de 2015, evidenciou-se nas despesas de 2016 um acréscimo de 560 200 milhares de patacas, justificado, principalmente, pela actualização do valor dos vários subsídios, tais como: o ensino gratuito atribuído, o subsídio da melhoria do rácio professores/turma ou do rácio alunos/professor, o subsídio para professores das instituições do ensino particular, e o subsídio para o Serviços de ensino especial.

(d) *Saúde*

O Orçamento autorizado do item “Saúde” situou-se em 7 812 939 milhares de patacas e a despesa efectivamente paga foi de 6 701 780 milhares de patacas, mais 382 533 milhares de patacas que a do ano de 2015. A razão principal para esta subida deveu-se à entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2016, do artigo 23.º da Lei n.º 15/2015 - Actualização dos vencimentos e pensões de aposentação e sobrevivência dos trabalhadores da Administração Pública, originando um acréscimo da despesa neste âmbito.

(e) *Previdência social*

O Orçamento autorizado da “Previdência social” cifrou-se em 8 267 753 milhares de patacas e a despesa efectivamente paga foi de 7 756 195 milhares de patacas, mais 317 921 milhares de patacas, em relação ao ano de 2015. Esse acréscimo deveu-se, nomeadamente, aos seguintes factores: ao aumento dos subsídios e abonos regulares e ocasionais às instituições não-governamentais; ao acréscimo do subsídio para obras de construção das instituições particulares de solidariedade social; à entrada em vigor do artigo 23.º da Lei n.º 15/2015 - Actualização dos vencimentos e pensões de aposentação e sobrevivência dos trabalhadores da Administração Pública, em 1 de Janeiro de 2016, originando um acréscimo da despesa suportada pelo Governo com as contribuições para o regime de previdência.

(f) *Habitação*

O Orçamento autorizado do item “Habitação” registou 2 147 219 milhares de patacas, ascendendo a despesa efectiva a 1 390 503 milhares de patacas, verificando-se um decréscimo de 300 338 milhares de patacas, face ao ano de 2015, o que se deveu sobretudo ao decréscimo da despesa relativa às obras de construção da Habitação Pública no Fai Chi Kei e na Estrada Nordeste da Taipa.

(g) *Outros serviços colectivos e sociais*

O Orçamento autorizado da função “Outros serviços colectivos e sociais” foi de 4 040 533 milhares de patacas, fixando-se a despesa efectiva em 2 895 860 milhares de patacas, o que representou uma subida de 671 880 milhares de patacas, face ao ano de 2015, o que se deveu à transição da função cultural do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais para o Instituto Cultural em 2016, e, como tal, os trabalhadores em causa transitaram para o quadro deste Instituto, determinando assim, um acréscimo da despesa com o pessoal, neste âmbito e, evidenciou-se, ainda, uma outra subida da despesa, resultante da realização de actividades do Fundo de Cultura; além disso, a partir de 2016, cabe a organização do Grande Prémio de Macau ao Instituto do Desporto, tendo sido integradas, desde já, as respectivas despesas na função de “Desporto e recreio”, culminando num aumento de despesas neste âmbito.

(h) *Serviços económicos*

O Orçamento autorizado da função “Serviços económicos” foi de 15 919 729 milhares de patacas, com a despesa efectiva a ascender aos 9 918 049 milhares de patacas, com uma subida de 1 157 856 milhares de patacas, face ao ano de 2015, resultante, sobretudo, das despesas com o apoio financeiro concedido pelo Governo da RAEM às empresas de transportes colectivos,

com os projectos da empreitada da 4.^a conduta de abastecimento de água a Macau, com as convenções e exposições, com o segmento do Centro da Taipa do Metro Ligeiro, com as obras dos parques e estações de metro ligeiro, bem como com o pagamento da contribuição à Sociedade Serviços de Dragagens de Macau Limitada para a dragagem adicional efectuada entre os meses de Abril de 2008 e Março de 2016.

(i) *Outras funções*

O Orçamento autorizado da função residual “Outras funções” averbou 28 734 191 milhares de patacas, com a efectivamente paga a fixar-se em 27 787 459 milhares de patacas, um decréscimo de 4,1%, ou seja, menos 1 176 007 milhares de patacas, face a 2015. As despesas desta função compreendem os itens “Transferências do sector público” e “Diversas, não especificadas”.

As despesas com as “Transferências do sector público” respeitam, na sua maioria, ao pagamento das transferências dos orçamentos centrais para os Organismos especiais, compreendendo ainda as “Receitas Consignadas”, as “Comparticipações” e as “Transferências Orçamentais”, que não puderam ser eliminadas em virtude das despesas ocorrerem em ano diferente, totalizando 18 372 614 milhares de patacas, das quais, 18 120 624 milhares de patacas foram atribuídas ao Fundo de Segurança Social, para o pagamento das transferências.

O valor do item “Diversas, não especificadas” compreende o Plano de Participação Pecuniária no Desenvolvimento Económico, o Programa de Participação nos Cuidados de Saúde, o Plano do subsídio para o consumo de electricidade, etc., a par das despesas com a compra de acções e a participação em capital social, que foram muito significativas, pelo que esta subfunção envolveu valores de elevado montante.

2.2. PIDDA

2.2.1 Introdução

O orçamento inicial do PIDDA, em 2016, cifrou-se em 11 068 782 milhares de patacas, o Orçamento autorizado foi de 11 068 782 milhares de patacas, sendo que os pagamentos efectivos ascenderam a 8 519 356 milhares de patacas, com uma taxa de execução de 77%.

Tendo em conta os valores do quadro seguinte, apresentado em termos de classificação por tutela, constata-se que a tutela do Secretário para os Transportes e Obras Públicas, assumiu o maior peso em termos do valor do Orçamento autorizado, registando 8 567 207 milhares de patacas, seguindo-se as tutelas do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura e do Secretário para a Segurança, com 1 220 177 milhares de patacas e de 583 100 milhares de patacas, respectivamente.

	2016	2016	2016	2015	2016
	Orçamento	Orçamento	Despesa	Despesa	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Chefe do Executivo	0	0	0	87	0
Sec. p/a Administração e Justiça	425,310	422,930	176,484	130,690	41.7
Sec. p/a Economia e Finanças	31,301	33,132	16,445	7,937	49.6
Sec. p/a Segurança	484,756	583,100	360,002	299,588	61.7
Sec. p/os Assuntos Soc. e Cult.	1,360,177	1,220,177	437,817	672,833	35.9
Sec. p/os Transp. e Obras Púb.	8,533,110	8,567,207	7,528,607	7,837,686	87.9
Subtotal	10,834,654	10,826,546	8,519,356	8,948,821	78.7
Dotação concorrencial	34,128	32	0	0	0
Dotação provisional	200,000	242,205	0	0	0
Total	11,068,782	11,068,782	8,519,356	8,948,821	77.0

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

2.2.2 Análise por Projectos

Esta secção retrata a situação da execução dos projectos do PIDDA do Governo da RAEM com verbas elevadas, tendo em conta os dados dos respectivos projectos.

O PIDDA do ano de 2016 é composto por 19 programas de investimento. O “Obra de instalações públicas” deteve o maior Orçamento autorizado, no valor de 1 651 397 milhares de patacas, seguindo-se o “Programa de Ilha Artificial Fronteiriça da Ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau”, no valor de 1 602 553 milhares de patacas

Em termos de despesas efectivamente pagas, o “Programa de Ilha Artificial Fronteiriça da Ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau” foi o que revelou o maior valor das despesas efectivamente pagas em 2016, no valor de 1 577 002 milhares de patacas, com uma taxa de execução de 98,4%, seguido, imediatamente, pelo programa do “Projecto do Sistema Transportes Colectivos Urbanos”, no valor de 1 162 103 milhares de patacas, representando uma taxa de execução de 88,7%.

Em termos de execução, destaca-se o “Equipamentos clínicos”, registando-se uma despesa efectiva de 539 milhares de patacas, com uma taxa de execução de 100%, seguindo-se o “Programa de aterro”, no valor de 309 834 milhares de patacas, com uma taxa de execução de 99,4%.

	2016	2016	2016	2016
	Orçamento inicial	Orçamento autorizado	Despesa efectiva	Execução (%)
Obra de instalações públicas	1,796,407	1,651,397	895,334	54.2
Programa do Sistema Transportes Colectivos Urbanos de Macau	1,238,108	1,310,053	1,162,103	88.7
Habitação Pública	896,976	1,051,798	1,024,867	97.4
Estradas e pontes, taludes e canais de navegação	571,557	723,175	527,914	73.0
Programa de aterros	293,033	311,839	309,834	99.4
Programa do novo campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin	593,698	595,134	272,973	45.9
Operação e controlo do tratamento de águas residuais e resíduos	540,369	531,126	460,483	86.7
Obras de instalações de serviços	730,513	735,698	507,002	68.9
Programa da construção do Terminal Marítimo de Pac On na Taipa	100,000	287,791	270,971	94.2
Equipamento de serviços	183,704	215,068	98,539	45.8
Programa do centro de transportes	262,152	335,705	310,904	92.6
Programa de Ilha Artificial Fronteiriça da Ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau	2,194,931	1,602,553	1,577,002	98.4
Equipamento de instalações públicas	219,463	252,279	181,803	72.1
Equipamentos médicos	0	539	539	100.0
Programa de construção do novo estabelecimento prisional	216,445	228,571	166,811	73.0
Meios de Transportes	146,825	217,979	112,829	51.8
Programas de construção do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas	799,291	699,858	583,968	83.4
Serviços de consultadoria para estudo	10,478	30,041	13,614	45.3
Instalações para Água	40,703	45,943	41,866	91.1
Subtotal	10,834,654	10,826,546	8,519,356	78.7
Dotação concorrencial	34,128	32	0	0
Dotação provisional	200,000	242,205	0	0
Total	11,068,782	11,068,782	8,519,356	77.0

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

No domínio dos programas que excederam 100 000 milhares de patacas do Orçamento autorizado, registou-se um total de 19 projectos, dos quais, o projecto “Construção do Posto Fronteiriço da Ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau” foi o que reflectiu o maior valor no “Programa de Ilha Artificial Fronteiriça da Ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau”, cifrando-se em 1 602 553 milhares de patacas, sendo a despesa efectiva de 1 577 002 milhares de patacas, com uma taxa de execução de 98,4%, destinadas, principalmente, às despesas relativas à construção das supra-estruturas e infra-estruturas da zona de administração do posto fronteiriço da Ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau.

Seguidamente, destaca-se o “Sistema dos Transportes Colectivos Urbanos” no “Programa do Sistema de Transportes Colectivos Urbanos de Macau”, cujo Orçamento autorizado perfez 1 310 053 milhares de patacas, sendo a despesa efectiva de 1 162 103 milhares de patacas, traduzindo uma taxa de execução de 88,7%, envolvendo maioritariamente as diversas construções do metro ligeiro e a aquisição dos equipamentos, entre outras.

Em termos de execução, destaca-se o projecto de “Via de Acesso da Zona A dos Novos Aterros Urbanos para a Península de Macau - Empreitada de Construção de Ponte de Ligação” nas “Obras de estradas e pontes, taludes e canais de navegação”, cujo Orçamento autorizado perfez 100 984 milhares de patacas, sendo a despesa efectiva também de 100 984 milhares de patacas, traduzindo uma taxa de execução de 100%, envolvendo maioritariamente a empreitada de construção de ponte de ligação entre a Zona A dos Novos Aterros Urbanos e a Península de Macau, entre outras.

	2016	2016	2016	2015	2016
	Orçamento	Orçamento	Despesa	Despesa	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Obra de instalações públicas	679,097	746,474	420,741	391,132	56.4
Hab. pública Seac Pai Van – equip. social	94,119	116,702	115,431	146,484	98.9
Const.Melh.Aterro p/Resíduos Mat.Const.	250,000	276,314	21,624	90,583	7.8
Reconstrução do Mercado de Patane	112,330	127,330	59,982	18,214	47.1
Novo Mercado Abastecedor.	222,648	226,128	223,703	135,850	98.9
Programa do Sistema					
Transportes Colectivos Urbanos de Macau	1,238,108	1,310,053	1,162,103	865,185	88.7
Sistema dos Transportes Colectivos Urbanos	1,238,108	1,310,053	1,162,103	865,185	88.7
Habitação Pública	794,275	917,883	895,888	1,153,967	97.6
Hab. Pública Est. Nordest Taipa	74,405	143,685	128,445	302,982	89.4
Habitação Pública no Bairro da Ilha Verde	526,506	573,412	572,539	579,830	99.8
Hab. Púb. no Fai Chi Kei	193,364	200,786	194,904	271,155	97.1
Estradas e pontes, taludes e canais de navegação	0	100,984	100,984	0	100.0
Via Acesso Zona A e Macau-Const.Ligação	0	100,984	100,984	0	100.0
Programa de aterros	293,033	299,373	297,368	554,059	99.3
Novas Aterros Urbanísticos – Zona A	154,428	156,018	155,237	331,705	99.5
Novas Aterros Urbanísticos – Zona E	138,606	143,356	142,132	222,354	99.1

	2016	2016	2016	2015	2016
	Orçamento	Orçamento	Despesa	Despesa	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Programa do novo campus da					
Universidade de Macau na	507,336	507,336	196,287	287,287	38.7
Ilha de Hengqin					
Novo Campus da UM na Ilha de Heng-Qin	507,336	507,336	196,287	287,287	38.7
Operação e controlo do					
tratamento de águas residuais	221,737	221,737	218,188	211,613	98.4
e de resíduos					
Explo. monit. remo., reco., limp. Resid. Soli.	221,737	221,737	218,188	211,613	98.4
Obras de instalações de					
serviços	157,748	210,279	159,155	94,805	75.7
Edf. Temp. Tribunal Judicial Base	157,748	210,279	159,155	94,805	75.7
Programa da construção do					
Terminal Marítimo de Pac On	100,000	287,791	270,971	222,480	94.2
na Taipa					
Novo Terminal Marítimo da Taipa	100,000	287,791	270,971	222,480	94.2
Programa do centro de					
transportes	118,337	240,890	227,006	147,783	94.2
Centro Modal Transporte Est. ML Barra	118,337	240,890	227,006	147,783	94.2

	2016	2016	2016	2015	2016
	Orçamento	Orçamento	Despesa	Despesa	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Programa da Ilha Artificial					
Fronteira da Ponte Hong Kong – Zhuhai - Macau	2,194,931	1,602,553	1,577,002	1,989,546	98.4
Const. Inst. Frone. p/P. HK -ZH-MACAU	2,194,931	1,602,553	1,577,002	1,989,546	98.4
Programa de construção do novo estabelecimento prisional					
Novo EPM - Obra de Const.	216,445	228,571	166,811	105,578	73.0
Novo EPM - Obra de Const.	216,445	228,571	166,811	105,578	73.0
Programa de construção do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas					
Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas	799,291	699,858	583,968	376,785	83.4
Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas	799,291	699,858	583,968	376,785	83.4
Subtotal	7,320,338	7,373,782	6,276,472	6,400,220	85.1
Outros projectos	3,748,444	3,695,000	2,242,884	2,548,601	60.7
Total	11,068,782	11,068,782	8,519,356	8,948,821	77.0

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

2.2.3 Análise por Classificação Económica

	2016 Orçamento inicial	2016 Orçamento autorizado	2016 Despesa efectiva	2015 Despesa efectiva	2016 Execução (%)
Habitacões	961,195	1,128,926	1,095,746	1,351,599	97.1
Edifícios	2,853,534	2,922,458	1,894,695	1,712,197	64.8
Estradas e pontes	1,182,586	1,355,812	1,124,819	1,155,366	83.0
Portos	113,776	297,310	273,721	242,781	92.1
Construções diversas	3,703,029	3,149,585	2,690,257	3,126,761	85.4
Material de transporte	652,477	486,132	356,479	421,852	73.3
Maquinaria e equip.	563,676	639,675	425,419	399,098	66.5
Outros investimentos	804,381	846,648	658,219	539,166	77.7
Subtotal	10,834,654	10,826,546	8,519,356	8,948,821	78.7
Dotação concorrencial	34,128	32	0	0	0
Dotação provisional	200,000	242,205	0	0	0
Total	11,068,782	11,068,782	8,519,356	8,948,821	77.0

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

Desagregando-se por classificação económica, do Orçamento autorizado em 2016, de 11 068 782 milhares de patacas, a maior dotação foi afecta ao grupo “Construções diversas”, com 3 149 585 milhares de patacas, seguindo-se o grupo económico “Edifícios”, com uma dotação de 2 922 458 milhares de patacas.

No âmbito das despesas efectivas, o grupo económico que evidenciou o maior valor de despesas foi, também, o das “Construções diversas”, com 2 690 257 milhares de patacas, sendo que o valor dos pagamentos deste item registou uma diminuição face ao ano de 2015, que respeitou, sobretudo, às despesas relativas às supra-estruturas e infra-estruturas da Área Fronteiriça de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, seguido do valor do grupo “Edifícios”, que respeitou, principalmente, às obras de construção das instalações relativas à remodelação e recuperação dos edifícios do novo campus da Universidade de Macau, à empreitada das obras do Prédio das Instalações Provisórias do Tribunal Judicial de Base, do Novo Mercado

abastecedor e do Estabelecimento Prisional de Macau, etc., tendo-se verificado neste item um valor de 1 894 695 milhares de patacas

Em termos da execução, foi este item, “Habitações”, que averbou a maior taxa, de 97,1%, cuja despesa efectiva se consubstanciou em 1 095 746 milhares de patacas. Em segundo lugar, foi o item “Portos”, com uma despesa efectiva de 273 721 milhares de patacas, correspondente a uma taxa de execução de 92,1%.

2.2.4 Análise por Classificação Funcional

	2016	2016	2016	2015	2016
	Orçamento	Orçamento	Despesa	Despesa	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Serv. gerais da adm. púb.	511,111	591,234	435,515	322,126	73.7
Segurança pública	2,750,933	2,270,614	2,042,074	2,277,191	89.9
Educação	894,441	755,867	333,462	364,087	44.1
Saúde	1,011,550	881,076	682,765	687,640	77.5
Previdência social	231,985	247,997	211,784	302,860	85.4
Habitação	911,976	1,066,798	1,024,966	1,339,476	96.1
Out. serv. colect. e soc.	288,572	309,214	114,426	127,280	37.0
Serviços económicos	4,234,085	4,703,746	3,674,365	3,528,159	78.1
Subtotal	10,834,654	10,826,546	8,519,356	8,948,821	78.7
Dotação concorrencial	34,128	32	-	-	-
Dotação provisional	200,000	242,205	-	-	-
Total	11,068,782	11,068,782	8,519,356	8,948,821	77.0

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

Conforme o quadro anterior, foram disponibilizados muitos recursos pelo Governo da RAEM para dotar a função “Serviços económicos”, sendo que o Orçamento autorizado desta classificação funcional se cifrou em 4 703 746 milhares de patacas, e, simultaneamente foi aquela que registou a despesa mais elevada, no valor de 3 674 365 milhares de patacas, com uma taxa de execução de 78,1%.

Seguidamente foi a despesa com a função de “Segurança pública”, cujo Orçamento autorizado evidenciou 2 270 614 milhares de patacas, sendo o respectivo encargo efectivo de 2 042 074 milhares de patacas, representando uma taxa de execução de 89,9%

2.2.5 Despachos de Escalonamento – Análise de Encargos

Despachos do Chefe do Executivo publicados em 2016

Ano pago	Encargos iniciais	Encargos assumidos	Encargos	Total	Despesa efectiva	Saldo
	assumidos por despachos de anos anteriores	após alterações dos despachos de anos anteriores	assumidos por despachos publicados em 2016			
	a	b	c = a + b	d	e = c - d	
2001	2,599	2,186	-	2,186	2,186	-
2002	2,501	657	-	657	657	-
2003	1,784	-	-	-	-	-
2004	-	-	-	-	-	-
2005	-	-	-	-	-	-
2006	-	-	-	-	-	-
2007	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-
2010	34,655	34,655	-	34,655	34,655	-
2011	1,193,146	1,118,902	-	1,118,902	1,118,902	-
2012	3,987,224	3,396,478	-	3,396,478	3,396,478	-
2013	3,182,353	1,744,476	-	1,744,476	1,744,476	-
2014	2,185,661	1,373,264	-	1,373,264	1,373,264	-
2015	1,181,541	1,134,002	-	1,134,002	1,134,002	-
2016	488,727	1,297,236	944,996	2,242,232	1,968,239	273,993
2017	10,321	1,281,641	2,580,862	3,862,503	-	3,862,503

2018	1,387	785,380	1,364,608	2,149,988	-	2,149,988
2019	-	629,970	518,951	1,148,921	-	1,148,921
2020	-	55,323	54,574	109,897	-	109,897
2021	-	41,821	18,687	60,509	-	60,509
2022	-	-	2,582	2,582	-	2,582
Total	12,271,899	12,895,991	5,485,260	18,381,251	10,772,858	7,608,393

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

Relativamente aos despachos de escalonamento do Chefe do Executivo, publicados no ano de 2016, num total de 156 despachos, 49 prendem-se com a alteração dos anos em que se assume os encargos plurianuais publicados em anos anteriores, ficando a dever-se ao reajustamento do plano de pagamento da despesa plurianual desses projectos, sendo necessário alterar o valor e ano inicialmente definidos pelo Despacho do Chefe do Executivo. Por sua vez, os restantes 107 Despachos envolveram encargos a assumir em 2016, cujo valor de adjudicação atingiu 5 485 260 milhares de patacas, distribuídas pelos anos de 2016 a 2022.

Em termos da execução desses escalonamentos em 2016, o total do valor assumido foi de 2 242 232 milhares de patacas, traduzindo uma despesa efectiva de 1 968 239 milhares de patacas.

Despachos do Chefe do Executivo dos anos anteriores que se prendem com os encargos a assumir em 2016 ou nos anos seguintes

Ano	Valores assumidos	Despesa efectiva	Saldo	Saldo acumulado
	a	b	c=a-b	
2009	62,478	42,706	19,771	19,771
2010	145,035	115,744	29,291	49,062
2011	2,112,649	2,083,240	29,409	78,471
2012	3,008,373	2,966,757	41,616	120,087
2013	1,735,933	1,598,545	137,388	257,475
2014	3,167,072	2,624,539	542,533	800,008
2015	4,366,135	3,579,836	786,299	1,586,308
2016	4,488,571	3,595,859	892,712	2,479,020
2017	2,649,049	-	2,649,049	5,128,069
2018	834,789	-	834,789	5,962,858
2019	452,569	-	452,569	6,415,427
2020	274,870	-	274,870	6,690,296
2021	253,289	-	253,289	6,943,586
2022	251,022	-	251,022	7,194,608
2023	251,809	-	251,809	7,446,417
2024	84,030	-	84,030	7,530,447
2025	22,700	-	22,700	7,553,147
2026	22,700	-	22,700	7,575,847
2027	22,700	-	22,700	7,598,547
Total	24,205,774	16,607,226	7,598,547	-

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

Pela análise do quadro atrás apresentado, regista-se um total de 186 Despachos do Chefe do Executivo, publicados antes de 2016, que se prendem com os encargos a assumir em 2016 ou nos anos seguintes, sendo que os mesmos se distribuem entre o ano de 2009 a 2027, envolvendo adjudicações no montante de 24 205 774 milhares de patacas, tendo sido efectivamente paga a despesa de 16 607 226 milhares de patacas, até ao ano de 2016.

Em 2016, o valor dos compromissos assumidos ascendeu a 4 488 571 milhares de patacas, a despesa efectiva fixou-se em 3 595 859 milhares de patacas, sendo que o valor não liquidado se cifrou em 892 712 milhares de patacas, de que, em conjugação com os valores históricos acumulados dos encargos assumidos mas não liquidados, resultou um saldo acumulado de 2 479 020 milhares de patacas.

3. Orçamento dos Organismos especiais

3.1 Execução orçamental

O rendimento agregado de 2016, obtido pelos Organismos especiais, atingiu um montante de 29 217 868 milhares de patacas, sendo o gasto agregado de 9 258 194 milhares de patacas, decorrendo daí um saldo agregado no valor de 19 959 674 milhares de patacas.

O referido rendimento agregado resultou, nomeadamente, do item “Receitas legais e transferências do OR”, no valor de 23 207 924 milhares de patacas, representando 79,4% do total, seguido do item “Rendimentos de aplicações financeiras e de investimentos”, no valor de 5 529 744 milhares de patacas, com 18,9% do total.

Em termos percentuais de gasto agregado, o item com a maior percentagem foi o das “Pensões e outras prestações atribuídas aos funcionários, e abonos sociais” (no valor de 4 997 922 milhares de patacas, com 54%), posicionando-se em seguida o item “Despesas com actividades e participações financeiras” (em 1 919 474 milhares de patacas, com 20,7% do total), o item “Gastos e perdas financeiros” (no valor de 844 369 milhares de patacas, com 9,1%), bem como os itens “Gastos com o pessoal” e “Fornecimentos de terceiros” (em 1 377 819 milhares de patacas, representando 14,9% do total), ambos resultantes das taxas administrativas comuns.

Em comparação com o Orçamento autorizado, realça-se, em 2016, uma situação superavitária geral dos Organismos especiais, de 19 959 674 milhares de patacas, ou seja, 1,4 vezes do valor autorizado. Como factores principais para esta situação superavitária efectiva, que superou o Orçamento autorizado, figuram, por um lado, a taxa de execução de 111,8% do rendimento total e os excedentes na cobrança, no montante de 3 085 419 milhares de patacas e, por outro lado, a taxa de execução do gasto global de 81,3%, e uma redução de 2 134 400 milhares de patacas no Orçamento autorizado. Pelo que se verifica um aumento de 5 219 820 milhares de patacas na situação superavitária geral em comparação com Orçamento autorizado.

Em comparação com 2015, verificou-se, em 2016 um acréscimo de 0,6% no rendimento total dos Organismos especiais e, evidenciou-se, no gasto global, uma queda de 21,2%, resultando uma subida de 15,5% no total do saldo, ou seja, mais 2 675 924 milhares de patacas, face ao ano de 2015.

Execução orçamental dos Organismos especiais

	Notas	2016 Orçamento inicial	2016 Orçamento autorizado	2016 Dados efectivos	2016 Execução (%)
<u>Rendimentos</u>					
Receitas legais e transferências do OR	(1)	22,231,705	22,231,705	23,207,924	104.4
Réditos de vendas e de prestações de serviços	(2)	229,830	239,126	356,620	149.1
Rendimentos de aplicações financeiras e de investimentos	(3)	3,561,686	3,561,686	5,529,744	155.3
Outros rendimentos	(4)	99,931	99,931	123,580	123.7
Rendimentos totais		26,123,152	26,132,448	29,217,868	111.8
<u>Gastos</u>					
Despesas com actividades e participações financeiras	(5)	2,618,448	2,552,848	1,919,474	75.2
Pensões e outras prestações atribuídas aos funcionários e abonos sociais	(6)	5,970,616	5,757,916	4,997,922	86.8
Custo das vendas e das prestações de serviços	(7)	29,068	42,562	36,245	85.2
Gastos e perdas financeiros	(8)	856,254	1,131,718	844,369	74.6
Gastos com o pessoal	(9)	952,838	954,325	837,805	87.8
Fornecimentos de terceiros	(10)	833,166	831,961	540,015	64.9
Depreciações e amortizações	(11)	96,783	96,383	70,239	72.9
Provisões para riscos diversos		5,670	9,501	7,281	76.6
Outros gastos e perdas	(12)	16,145	15,381	4,846	31.5
Gastos totais		11,378,988	11,392,594	9,258,194	81.3
Resultado do exercício económico		14,744,165	14,739,854	19,959,674	135.4

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(1) Receitas Legais e Transferências do OR

	Notas	2016 Orçamento inicial	2016 Orçamento autorizado	2016 Rendimento efectivo	2015 Rendimento efectivo	2016 Execução (%)
Receitas administrativas	(a)	790,027	790,027	767,294	759,701	97.1
Dotações dos contratos de concessão para exploração de jogos	(b)	5,400,000	5,400,000	6,329,630	5,930,456	117.2
Contribuições e participações no âmbito do regime de aposentação e sobrevivência		1,348,169	1,348,169	1,367,971	1,349,654	101.5
Contribuições para o Regime de Segurança Social		161,037	161,037	191,500	190,088	118.9
Outras receitas consignadas e participações		908,701	908,701	956,031	1,155,604	105.2
Transferência do OR, subsídios e apoios	(c)	13,623,771	13,623,771	13,595,498	13,621,568	99.8
Outras receitas legais		1	1	-	1,809	0.0
		22,231,705	22,231,705	23,207,924	23,008,879	104.4

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) “Receitas Administrativas”

Respeitam, sobretudo, às receitas dos custos de gestão financeira e, da taxa de contratação de trabalhadores não residentes, arrecadadas, respectivamente, pela Autoridade Monetária de Macau e pelo Fundo de Segurança Social, sendo que a receita deste item representou uma taxa de execução de 97,1%, constatando-se, ainda, comparativamente ao valor de 759 701 milhares de patacas de 2015, um acréscimo de 1%, no valor de 7 593 milhares de patacas.

(b) Dotação dos Contratos de Concessão para Exploração de Jogos

As “Dotações dos Contratos de Concessão para Exploração de Jogos” são as contribuições

concedidas à Fundação Macau e ao Fundo de Segurança Social, tendo-se registado uma taxa de execução de 117,2% desta rubrica em 2016, com um acréscimo de 399 174 milhares de patacas, ou seja, 6,7% em relação ao valor de 5 930 456 milhares de patacas do período homólogo de 2015, influenciado, principalmente, pelo aumento de percentagem de 55% para 75%, das contribuições provenientes dos rendimentos dos jogos de fortuna ou azar atribuídas à Fundação Macau, que se encontram integradas nas contribuições anuais no corrente ano, determinando a subida do respectivo valor.

(c) Transferências do OR, subsídios e apoios

As “Transferências do OR, subsídios e apoios” referem-se, essencialmente, aos apoios financeiros atribuídos pelo Governo da RAEM aos Organismos especiais. A taxa de execução desta receita foi de 99,8% e, em termos de valor, face aos 13 621 568 milhares de patacas do ano de 2015, constatou-se um decréscimo de 26 070 milhares de patacas, ou seja, 0,19%, o que se explica, essencialmente, pela atribuição por parte da RAEM das dotações adicionais ao Fundo de Segurança Social, entre 2013 e 2016, no valor de 37 000 000 milhares de patacas, distribuindo-se pela atribuição de 5 000 000 milhares de patacas em 2013 e 2014, e 13 500 000 milhares de patacas em 2015 e 2016, respectivamente.

(2) Réditos de vendas e de prestações de serviços

Notas	2016 Orçamento inicial	2016 Orçamento autorizado	2016 Rendimento efectivo	2015 Rendimento efectivo	2016 Execução (%)
Vendas de mercadorias	83,261	92,557	205,606	385,273	222.1
Prestações de serviços	146,569	146,569	151,014	156,637	103.0
(a)	229,830	239,126	356,620	541,910	149.1

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Réditos de vendas e de prestações de serviços

As receitas cobradas através do item “Réditos de vendas e de prestações de serviços” foram compostas, nomeadamente, pelas receitas provenientes dos serviços postais, bem como da venda de produtos filatélicos e do envio postal de mercadorias pela Direcção dos Serviços de Correios; as restantes receitas, diminutas, foram obtidas pelos serviços bancários prestados pela Caixa Económica Postal e da venda de moedas comemorativas pela Autoridade Monetária de Macau. A taxa de execução das receitas afectas a este item foi de 149,1%. Relativamente às receitas de 541 910 milhares de patacas do ano de 2015, verificou-se uma redução de 185 290 milhares de patacas, ou seja, 34,2%. Como factor principal para tal acréscimo salienta-se a queda dos produtos encomendados pelas lojas de produtos filatélicos e pelos clientes, o que contribuiu para a diminuição do rédito de vendas a par dos réditos das prestações de serviços.

(3) Rendimentos de aplicações financeiras e de investimentos

Notas	2016 Orçamento inicial	2016 Orçamento autorizado	2016 Rendimento efectivo	2015 Rendimento efectivo	2016 Execução (%)
Juros credores e dividendos	2,384,246	2,384,246	3,596,201	5,214,126	150.8
Ganhos em investimentos	1,111,420	1,111,420	1,723,618	64,868	155.1
Ganhos cambiais	58,219	58,219	202,221	4,459	347.3
Outros rendimentos financeiros	7,801	7,801	7,703	7,543	98.8
(a)	3,561,686	3,561,686	5,529,744	5,290,995	155.3

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Rendimentos de aplicações financeiras e de investimentos

Em 2016, a taxa de execução deste item de receita atingiu 155,3% face ao Orçamento autorizado.

Considerando as receitas de 5 290 995 milhares de patacas do ano de 2015, houve um acréscimo de rendimentos de 238 749 milhares de patacas, correspondente a 4,5%, devendo-se, essencialmente, a um melhor desempenho no mercado de capitais a nível mundial no ano transacto, o que originou um aumento na receita do item face ao ano de 2015.

(4) Outras Receitas

Notas	2016 Orçamento inicial	2016 Orçamento autorizado	2016 Rendimento efectivo	2015 Rendimento efectivo	2016 Execução (%)
Locações	81,343	81,343	80,560	72,733	99.0
Alienações de activos	776	776	34	80,265	4.4
Doações	104	104	-	-	0.0
Rendimentos diversos	17,708	17,708	42,985	34,435	242.7
(a)	99,931	99,931	123,580	187,433	123.7

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Outras Receitas

Comparativamente ao Orçamento autorizado, a execução do item “Outras Receitas” atingiu em 2016 a taxa de 123,7%, enquanto que, em relação ao montante de 2015, no valor de 187 433 milhares de patacas, averbou um decréscimo de 63 853 milhares de patacas, correspondente a 34,1%. A razão principal para este recuo deveu-se, em 2015, à cedência de propriedades pela Caixa Económica Postal à Direcção dos Serviços de Correios, determinando registos no valor de 80 265 milhares de patacas no item “Alienações de activos”, por sua vez, não se verificou nenhuma transacção em 2016.

(5) Despesas com actividades e participações financeiras

Notas	2016 Orçamento inicial	2016 Orçamento autorizado	2016 Rendimento efectivo	2015 Rendimento efectivo	2016 Execução (%)
Despesas com actividades	196,545	155,945	60,210	88,048	38.6
Participações financeiras	2,421,903	2,396,903	1,859,264	2,043,095	77.6
(a)	2,618,448	2,552,848	1,919,474	2,131,143	75.2

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar

(a) Despesas com actividades e participações financeiras

O item “Despesas com actividades e participações financeiras” englobou, principalmente, entre outras, as participações financeiras, os apoios financeiros para actividades, as subvenções financeiras, os subsídios e prémios, concedidos pela Fundação Macau a favor de indivíduos, de organismos privados e de organizações sem fins lucrativos, bem como de outras entidades públicas, verificando-se, neste item de despesa, uma taxa de execução de 75,2%, face ao Orçamento autorizado, sendo que, em comparação com o valor de 2015, de 2 131 143 milhares de patacas, apresentou um decréscimo de 211 669 milhares de patacas, ou seja, 9,9%, ficando a dever-se maioritariamente à descida dos valores autorizados para os planos anuais de actividades e apoios financeiros, em relação ao ano de 2015.

(6) Pensões e outras prestações atribuídas aos funcionários, e abonos sociais

Notas	2016 Orçamento inicial	2016 Orçamento autorizado	2016 Gasto efectivo	2015 Gasto efectivo	2016 Execução (%)
Pensões e outras prestações atribuídas aos funcionários, e abonos sociais	(a) 5,970,616	5,757,916	4,997,922	4,336,691	86.8
	5,970,616	5,757,916	4,997,922	4,336,691	86.8

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) *Pensões e outras prestações atribuídas aos funcionários, e abonos sociais*

As despesas contabilizadas através do item “*Pensões e outras prestações atribuídas aos funcionários, e abonos sociais*” são relacionadas, principalmente, com o pagamento pelo Fundo de Pensões, de pensões de reforma e sobrevivência e de outros subsídios, bem como com o pagamento pelo Fundo de Segurança Social, de previdência social, de subsídio para idosos e outros subsídios, aos funcionários aposentados ou beneficiários definidos por lei, registando uma taxa de execução de 86,8%, em relação ao Orçamento autorizado. Por outro lado, a despesa de 2016 evidenciou um aumento de 661 231 milhares de patacas, mais 15,2%, face à do ano de 2015, no montante de 4 336 691 milhares de patacas. Como razão principal para este aumento figuram o aumento no número dos funcionários públicos aposentados e a actualização do valor de vencimentos dos trabalhadores da Função Pública. Por outro lado, a partir de 1 de Julho de 2016, o Governo da RAEM actualizou o valor de várias prestações sociais e subsídios do Regime de Segurança Social, de entre os quais, as pensões de velhice e de invalidez, que detiveram a maioria, foram actualizadas de 3 350 patacas para 3 450 patacas, com um aumento de 3%. Em 2016, a “Pensão para idosos” e a “Antecipação da pensão para idosos” perfizeram 3 172 190 milhares de patacas e, a pensão de invalidez e outros subsídios, atingiram 263 975 milhares de patacas, totalizando 3 436 165 milhares de patacas.

(7) *Custo das vendas e das prestações de serviços*

	Notas	2016 Orçamento inicial	2016 Orçamento autorizado	2016 Gasto efectivo	2015 Gasto efectivo	2016 Execução (%)
Custo das vendas e das prestações de serviços	(a)	29,068	42,562	36,245	41,024	85.2
		29,068	42,562	36,245	41,024	85.2

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) *Custo das vendas e das prestações de serviços*

O item “*Custo das vendas e das prestações de serviços*” é constituído pelo custo directo da venda de produtos filatélicos e do envio postal de mercadorias pela Direcção dos Serviços de Correios, bem como da venda de moedas comemorativas pela Autoridade Monetária de Macau. Em comparação com o Orçamento autorizado, registou-se uma taxa de execução de 85,2%. Constatou-se, nesta rubrica de despesa, uma queda de 4 779 milhares de patacas, ou seja, 11,6% face ao valor do ano de 2015, de 41 024 milhares de patacas, o que se justifica pela queda na venda de produtos filatélicos, tendo por isso determinado um decréscimo do respectivo custo.

(8) Gastos e perdas financeiros

Notas	2016	2016	2016	2015	2016
	Orçamento	Orçamento	Gasto	Gasto	Execução
	inicial	autorizado	efectivo	efectivo	(%)
Juros devedores	206,865	400,315	386,188	362,737	96.5
Perdas em investimentos	492,749	268,120	6,472	304,965	2.4
Perdas cambiais	99,382	406,532	400,262	3,269,435	98.5
Outros gastos financeiros	57,257	56,750	51,447	22,660	90.7
(a)	856,254	1,131,718	844,369	3,959,797	74.6

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Gastos e perdas financeiros

No domínio dos “Gastos e perdas financeiros” de 2016, a despesa deste item registou uma taxa de execução de 74,6%, comparativamente ao Orçamento autorizado, enquanto que em relação ao valor deste item no ano de 2015, de 3 959 797 milhares de patacas, se constatou uma diminuição de 3 115 427 milhares de patacas, correspondendo a um decréscimo de 78,7%, influenciado, na sua maioria, pela retoma económica nos mercados de capital internacionais, daí resultando uma redução da perda cambial de 2015 no valor de 3 269 435 milhares de patacas para 400 262 milhares de patacas em 2016.

(9) Gastos com o pessoal

Notas	2016	2016	2016	2015	2016
	Orçamento	Orçamento	Gasto	Gasto	Execução
	inicial	Autorizado	efectivo	efectivo	(%)
Salários e vencimentos	588,703	588,362	517,094	491,389	87.9
Subsídios, compensações e outros abonos	110,647	114,457	94,494	86,437	82.6
Contribuições para regimes de previdência e, de aposentação e sobrevivência.	213,515	211,305	202,291	192,406	95.7
Outros gastos com o pessoal	39,973	40,201	23,925	25,419	59.5
(a)	952,838	954,325	837,805	795,650	87.8

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Gastos com o pessoal

Comparando com o Orçamento autorizado, a taxa de execução do item “Gastos com o pessoal”, atingiu 87,8% em 2016. Considerando por referência o valor do ano de 2015, de 795 650 milhares de patacas, constatou-se uma acrescida de 42 154 milhares de patacas, ou seja, 5,3%. Como razão principal para este aumento figura a actualização do vencimento dos trabalhadores da Função Pública de 7 900 patacas para 8 100 patacas do valor do índice 100 da tabela indiciária.

(10) Fornecimentos de terceiros

Notas	2016 Orçamento inicial	2016 Orçamento autorizado	2016 Gasto efectivo	2015 Gasto efectivo	2016 Execução (%)
Água, electricidade, combustíveis, correio e telecomunicações	28,861	28,861	16,998	17,842	58.9
Segurança, limpeza e condomínio	23,197	23,197	16,632	16,274	71.7
Reparação e conservação	26,943	22,482	17,308	16,155	77.0
Bens de secretaria e outros bens não duradouros	20,892	19,913	10,639	7,278	53.4
Gastos com locações	36,508	36,508	32,372	38,527	88.7
Despesas de representação, recepção e deslocação	10,067	10,067	5,279	4,742	52.4
Publicidade e materiais promocionais	13,338	16,938	10,538	7,252	62.2
Desp. com seguros, comissões, consultorias, estudos, apoio técnico e honorários profissionais	165,302	165,706	81,142	71,513	49.0
Encargos diversos	508,059	508,289	349,106	231,192	68.7
(a)	833,166	831,961	540,015	410,776	64.9

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Fornecimentos de terceiros

Face ao Orçamento autorizado, o item “Fornecimentos de terceiros” deteve, em 2016, uma taxa de execução de 64,9%. Em comparação com os 410 776 milhares de patacas do ano de 2015, verificou-se um acréscimo de 129 239 milhares de patacas, ou seja, 31,5%, ficando tal evolução a dever-se à subida dos gastos nos “*Encargos diversos*”, no valor de 117 914 milhares de patacas, tendo esta rubrica registado, principalmente, os gastos pagos aos bancos agentes para a emissão de notas, verificando-se em 2016 um acréscimo de 118 860 milhares de patacas.

(11) Depreciações e amortizações

Notas	2016 Orçamento inicial	2016 Orçamento autorizado	2016 Gasto efectivo	2015 Gasto efectivo	2016 Execução (%)
Depreciações de bens imóveis	50,413	50,413	40,320	39,951	80.0
Depreciações de maquinaria, equipamento e outros activos fixos	40,573	40,173	27,512	20,636	68.5
Amortizações de activos intangíveis	5,797	5,797	2,407	2,135	41.5
(a)	96,783	96,383	70,239	62,722	72.9

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Depreciações e amortizações

Em comparação com o Orçamento autorizado, o item “Depreciações e amortizações” deteve, em 2016, uma taxa de execução de 72,9%. Considerando os 62 722 milhares de patacas do ano de 2015, registou-se um acréscimo de 7 517 milhares de patacas, ou seja, 12%.

(12) Outros gastos e perdas

Notas	2016 Orçamento inicial	2016 Orçamento autorizado	2016 Gasto efectivo	2015 Gasto efectivo	2016 Execução (%)
Perdas em alienações de activos	400	500	53	228	10.8
Quotas para associações e doações	4,516	4,536	3,093	3,250	68.2
Gastos e perdas diversos	11,229	10,345	1,699	1,457	16.4
(a)	16,145	15,381	4,846	4,936	31.5

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Outros gastos e perdas

No item “Outros gastos e perdas” de 2016, constatou-se um valor de 4 846 milhares de patacas. Em comparação com o montante do ano de 2015, de 4 936 milhares de patacas, verificou-se um marginal decréscimo de 90 milhares de patacas, ou seja, 1,8%.

4. Situação de tesouraria da RAEM

4.1 Introdução

Este capítulo é uma parte complementar, centrando-se, nomeadamente, sobre a escrituração dos fluxos de caixa não sujeitos à disciplina orçamental, designados por “Operações de tesouraria”, nos termos Título V do Regulamento Administrativo n.º 6/2006 «Regime de administração financeira pública», na redacção que lhe foi conferida pelo Regulamento Administrativo n.º 28/2009, republicado pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 426/2009, os saldos financeiros anulados referidos no «Regime Jurídico da Reserva Financeira», estabelecidos pela Lei n.º 8/2011.

Independentemente das operações respeitarem a dinheiros públicos movimentados por operações orçamentais ou extra-orçamentais, o equilíbrio da equação fundamental de caixa é o seguinte:

CAIXA	
<i>Saldo da gerência anterior</i>	Despesas orçamentais
+	+
Receitas orçamentais	Pagamentos extra-orçamentais
+	+
Recebimentos extra-orçamentais	Saldos dos anos anteriores integrados na reserva financeira
	+
=====	Saldo para a gerência seguinte
Total do débito	=====
	Total do crédito

Cabe aqui salientar que, enquanto as operações extra-orçamentais são contabilizadas por referência

à data em que ocorre o fluxo de caixa, o mesmo sucedendo com as receitas orçamentais, para as despesas orçamentais a equação de caixa observa, ainda, a existência do “período complementar”, registando o seu pagamento com referência a 31 de Dezembro da respectiva gerência, nos termos do n.º 2 do art.º 25.º do Decreto-Lei n.º 41/83/M, de 21 de Novembro.

4.2 Caixa do Tesouro

4.2.1 Enquadramento geral

Os cofres da Caixa do Tesouro, enquanto instrumentos da contabilidade pública utilizados no âmbito da Direcção dos Serviços de Finanças, são, operacionalmente, delimitados na sua quase totalidade pelas contas bancárias de tesouraria abertas junto dos bancos agentes: o Banco da China (BOC) e o Banco Nacional Ultramarino (BNU).

Nos termos das adendas aos respectivos contratos, outorgados a 4 de Maio de 2000, e publicados no Boletim Oficial da RAEM n.º 19, Série II, de 10 de Maio de 2000, ao BOC foi atribuída a função de cofre centralizador da receita pública cobrada (a partir da conta bancária de recebedoria), incumbindo ao BNU o papel de pagador por excelência da despesa do Governo (através da conta bancária de tesouraria).

Por outro lado, e por contrapartida da Conta do Tesouro junto da Autoridade Monetária de Macau, compete a esta entidade a gestão dos níveis de liquidez daquelas contas, mantendo-as dentro dos parâmetros devidamente acordados.

Paralelamente, ainda no âmbito da Caixa do Tesouro, existem outras contas domiciliadas quer junto dos bancos agentes, quer de outras instituições bancárias, constituídas por motivos de funcionalidade administrativa, tais como contas de controlo cambial, contas de débito automático das comissões devidas pela RAEM a instituições que prestem serviços de pagamento de impostos *online* ou via rede *Jetco*, contas de monitorização dos cheques movimentados no âmbito dos planos

de participação pecuniária e devolução do imposto profissional, ou, ainda, contas auxiliares do Tesouro no exterior.

4.2.2 Situação de tesouraria no final da Gerência

Quadro 4.2.2-A: Resumo da situação de tesouraria da Gerência de 2016

(Unidade: MOP)

Débito		Crédito	
Designação	Total	Designação	Total
Saldo da Gerência anterior	174,629,651,410.31	Despesas orçamentais	80,730,845,607.43
De operações orçamentais		Despesa bruta	
119,594,987,397.32		80,757,361,415.45	
De operações extra-orçamentais		Reposições abatidas nos pagamentos	
834,664,012.99		-26,515,808.02	
Saldo devedor 178,740,359,756.24			
Saldo credor 177,905,695,743.25		Saídas extra-orçamentais	260,189,370,886.53
Verba específica 54,200,000,000.00		Saldo dos anos anteriores integrado na reserva financeira	90,296,365,851.54
Receitas orçamentais	102,412,176,610.00	Saldo para a Gerência seguinte	106,155,258,013.99
Entradas extra-orçamentais	260,330,012,339.18	De operações orçamentais	
		50,979,952,548.35	
		2015 29,298,621,545.78	
		2016 21,681,331,002.57	
		De operações extra-orçamentais	
		975,305,465.64	
		Saldo devedor 112,329,269,947.10	
		Saldo credor 111,353,964,481.46	
		Verba específica 54,200,000,000.00	
Total do débito	537,371,840,359.49	Total do crédito	537,371,840,359.49

Nos termos do artigo 14.º do Regime Jurídico da Reserva Financeira da Lei n.º 8/2011, foram transferidos os saldos dos anos económicos anteriores a 2014 para a “Reserva financeira”, no valor

de 90 300 000 milhares de patacas, os saldos orçamentais, no final do ano económico de 2016, cifraram-se em 51 000 000 milhares de patacas. Adicionando-lhes a “verba específica” no montante de 54 200 000 milhares de patacas e o valor líquido do somatório dos saldos das restantes contas de operações de tesouraria (de 980 000 milhares de patacas), obteve-se o saldo final de 106 160 000 milhares de patacas (ver Quadro 4.2.2-A), representando um decréscimo de 39,2% face ao saldo de abertura.

Antes de se passar à análise da movimentação e posição da tesouraria da Região, há que abrir um parêntesis para uma nota técnica ao Quadro 4.2.2-B “Distribuição e reconciliação, por cofre, do saldo da Caixa do Tesouro no final da Gerência”, onde se verificaram saldos bancários negativos após reconciliação, situação esta legalmente justificada pela existência de um período complementar e, após reflectidas as despesas efectuadas no período acima referido, gerou-se um saldo contabilístico negativo no depósito da Caixa do Tesouro junto dos respectivos bancos agentes.

Quadro 4.2.2-B: Distribuição e reconciliação, por cofre, do saldo da Caixa do Tesouro no final da Gerência

(Unidade: MOP)

Cofre	Saldo efectivo a 31/12/2016	A acrescentar	A deduzir	Saldo da Gerência finda a 31/12/2016	Saldo da Gerência finda a 31/12/2015
Caixa do Tesouro junto do Banco da China	479,068,389.98	83,946,311.51	4,303,401,462.01	-3,740,386,760.52	-1,436,517,535.86
<i>Ajustamentos de operações orçamentais</i>		83,946,311.51	4,303,401,462.01		
<i>Ajustamentos de operações extra-orçamentais</i>		0.00	0.00		
Caixa do Tesouro junto do Banco Nacional Ultramarino	202,671,782.71	1,498,029,438.04	3,958,026,879.73	-2,257,325,658.95	-2,528,059,307.13
<i>Ajustamentos de operações orçamentais</i>		0.00	3,949,841,548.33		
<i>Ajustamentos de operações extra-orçamentais</i>		1,497,999,052.07	8,178,730.60		
<i>Ajustamentos</i>		30,386.00	6,600.80		
Caixa do Tesouro-Cauções junto do Banco Nacional Ultramarino	553,107,452.13	97,505,532.28	3,180,619.11	647,432,365.30	605,783,659.98
<i>Ajustamentos de operações extra-orçamentais</i>		97,498,931.48	3,150,233.11		
<i>Ajustamentos</i>		6,600.00	30,386.00		
Caixa do Tesouro junto da Autoridade Monetária de Macau	111,141,109,884.64	0.00	0.00	111,141,109,884.64	177,657,475,736.18
Caixa do Tesouro junto da Caixa Geral de Depósitos, em Portugal	123,740.52	0.00	0.00	123,740.52	138,240.144
Contas "RAEM-Jetco":					
Banco da China	4,000.00	0.00	0.00	4,000.00	4,000.00
Banco Nacional Ultramarino	4,000.00	0.00	0.00	4,000.00	4,000.00
Banco Comercial de Macau	2,000.00	0.00	0.00	2,000.00	2,000.00
Banco Luso Internacional	2,000.00	0.00	0.00	2,000.00	2,000.00
Industrial and Commercial Bank of China (Macau) Ltd.	2,000.00	0.00	0.00	2,000.00	2,000.00
Banco Tai Fung	2,000.00	0.00	0.00	2,000.00	2,000.00
Banco Weng Hang	2,000.00	0.00	0.00	2,000.00	2,000.00
China Construction Bank	2,000.00	0.00	0.00	2,000.00	2,000.00
Banco da East Asia	2,000.00	0.00	0.00	2,000.00	2,000.00
Serviço de pagamento electrónico via Caixa Económica Postal	36,968.80	75,482.00	12,450.80	100,000.00	100,000.00
Contas do plano de comparticipação pecuniária (cheques):					
Banco da China	216,884,200.00	0.00	0.00	216,884,200.00	201,066,800.00
Banco Nacional Ultramarino	123,077,400.00	0.00	0.00	123,077,400.00	113,018,800.00
Conta da devolução do imposto profissional:					
Banco Nacional Ultramarino	24,220,843.00	0.00	0.00	24,220,843.00	16,623,017.00
Total (a)	112,740,322,661.78	1,679,556,763.83	8,264,621,411.65	106,155,258,013.99	174,629,651,410.31

Notas:

(a) Além das contas indicadas no mapa, há ainda a acrescentar os seguintes valores (c/ref.^a a 31/12/2016) :

Depositados junto do Banco da China:	
#01-012-078630-8: Conta de descontos	\$28,010.00
#01-012-078633-2: Conta de diferenças cambiais	\$237,952.39
#01-012-078620-1: Conta de recebedoria	-\$24.29
#01-012-083248-8: Receitas de trânsito	\$0.00
#01-01-20-83983-8: Passagem de fundos	\$0.00
Depositados junto do Banco Nacional Ultramarino:	
#001-800052-111-4: Conta de descontos	\$608,524.00
#001-298893-916-8: Conta de diferenças cambiais	\$248,359.75
	<hr/>
	\$1,122,821.85

Observando agora o Quadro F-1 (“Demonstração, por natureza, das operações de tesouraria processadas através da Caixa do Tesouro durante a Gerência de 2016”) da Parte 4, verifica-se que as rubricas com maior nível de actividade se relacionam com o mecanismo de gestão de liquidez entre os bancos agentes e a Autoridade Monetária de Macau, nomeadamente a “5988 – Conta de Tesouraria de Fazenda na AMCM”, bem como a conta reflexa “Depósito do Tesouro junto da AMCM” (demonstrando os fluxos na óptica da AMCM).

Por outro lado, a execução dos planos de participação pecuniária prosseguiu ao abrigo dos Regulamentos Administrativos n.ºs 12/2008, 13/2009, 14/2010, 1/2011, 14/2012, 11/2013, 11/2014 e 9/2015 (planos de participação pecuniária instituídos entre 2008 e 2015) e, neste ano, os montantes não levantados dos planos de participação pecuniária entre 2008 e 2011, foram repostos no cofre do Tesouro. Portanto, os saldos associados aos planos de participação pecuniária cifraram-se em 342 819 milhares de patacas. Por outro lado, nos termos do artigo 18.º da Lei do Orçamento do ano económico de 2015, aprovada pela Lei n.º 9/2014, procedeu-se à devolução do imposto profissional pago relativamente a 2014 pelos contribuintes que preenchem os requisitos, sendo que o montante devolvido por cheque foi necessariamente depositado na conta bancária exclusiva, a entrada e saída deste montante depositado nos bancos acima referidos reflectem-se na conta “0850 – Diversos – Despesas a liquidar” do grupo 2.3.9 das operações de

tesouraria.

Também a conta “0850 – Diversos – Despesas a liquidar”, sob o grupo 2.4.9 das operações activas de tesouraria, apresenta níveis de movimentação que igualmente se destacam, a rondar os 6 300 000 milhares de patacas, em virtude da alteração ao RAFP, introduzida pelo Regulamento Administrativo n.º 28/2009, nomeadamente à forma de processamento dos créditos orçamentais libertados a favor dos Serviços e organismos dotados de autonomia administrativa (nos termos do n.º 3 do art.º 49.º e da alínea 3) do n.º 1 do art.º 85.º do RAFP), e dos fundos permanentes concedidos aos Serviços integrados (nos termos do n.º 4 do art.º 47.º e da alínea 3) do n.º 1 do art.º 85.º do mesmo diploma) – ver secção “3.3 – Cofres próprios dos serviços e organismos do SPA (excluindo a Caixa do Tesouro) ”. Este mecanismo tem a vantagem de melhorar a informação prestada em sede orçamental quanto à execução efectiva da despesa, uma vez que a contabilização das verbas transferidas pela Caixa do Tesouro é feita através de operações de tesouraria, e em contrapartida, na óptica do Tesouro, há lugar ao reconhecimento de um correspondente activo de caixa, visível através do saldo negativo de caixa. Do valor total do activo de caixa, apurado no final da gerência para a conta “0850”, cerca de 209 679 milhares de patacas relacionaram-se com créditos orçamentais libertos a favor dos serviços e organismos dotados de autonomia administrativa, o que reflectiu um decréscimo de 35 443 milhares de patacas nas dotações obtidas pelos mesmos, comparativamente ao ano de 2015.

Na sequência do processamento desencadeado pela DSF, em 2010, no sentido de centralizar, gradualmente, junto da Caixa do Tesouro, as cauções administradas pelos Serviços integrados, acrescidas das cauções do PIDDA administradas também pela DSF, o saldo final das contas inseridas no grupo 2.3.5 situou-se em 647 432 milhares de patacas, no qual as cauções do PIDDA atingiram as 570 325 milhares de patacas, ou seja, praticamente um aumento de 41 649 milhares de

patacas, em relação à totalidade do ano de 2015.

Uma outra conta mais relevante, no seio das operações afectas à Caixa do Tesouro, diz respeito ao processamento de descontos nos vencimentos por retenção na fonte, cuja movimentação de entrada e saída se situou, respectivamente, em 1 121 521 milhares de patacas e 1 112 122 milhares de patacas, devendo-se ao facto dos descontos obrigatórios para o Fundo de Pensões, destacando-se a conta “5903”, com a movimentação de entrada e de saída dos fluxos de caixa, igualmente de 345 453 milhares de patacas, resultantes de contribuições para efeitos de aposentação e sobrevivência, retidas nos vencimentos ao abrigo, respectivamente, da alínea a) do n.º 5 do artigo 259.º, e do n.º 7 do artigo 271.º, ambos do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 87/89/M, de 21 de Dezembro, bem como a conta “0994”, relativa ao Fundo de Previdência, cuja entrada e saída se cifram, respectivamente, em 306 742 milhares de patacas e 306 739 milhares de patacas, em movimentações provenientes de descontos calculados nos termos do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 8/2006, e retidos na fonte aos trabalhadores conforme disposto na alínea 1 do n.º 1 do artigo 7.º do mesmo diploma.

Também existe a rubrica “5995” do Imposto Profissional, cujos fundos respeitam a descontos sobre os vencimentos dos trabalhadores da Administração Pública, processados através da Caixa do Tesouro (e retidos na fonte ao abrigo do n.º 1 do art.º 32.º do Regulamento do Imposto Profissional, aprovado pela Lei n.º 2/78/M, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 12/2003), totalizando 293 060 milhares de patacas em entradas e 283 624 milhares de patacas em saídas, enquanto o saldo final se cifrou em 94 203 milhares de patacas, correspondendo às importâncias dos descontos do quarto trimestre, a remeter pela DSF à entidade patronal dos respectivos trabalhadores, que, posteriormente, as entregam na Recebedoria da Repartição de Finanças de Macau (até ao limite da data fixada no n.º 2 do artigo 34.º do mesmo Regulamento).

Sendo a rubrica relativa aos descontos nos vencimentos de carácter facultativo, os valores dos descontos relacionados com o adiantamento de vencimentos registaram um acréscimo ligeiro no valor de 1% face ao ano de 2015, e atingiram os 118 007 milhares de patacas, remetidos pela DSF à CEP (no valor de 93 530 milhares de patacas - movimentadas através da conta “0702”), ao Montepio Geral de Macau (no valor de 17 085 milhares de patacas, via “0706”) e à Obra Social da PSP (no valor de 7 393 milhares de patacas, via “0718”).

De entre as operações extra-orçamentais mais relevantes, constam, ainda, as execuções fiscais, cujo saldo final foi de 77 541 milhares de patacas, representando um aumento de 37,1% comparativamente a 2015.

Por último, mencionam-se os valores selados (estampilhas fiscais), sob a responsabilidade da Caixa do Tesouro (Recebedoria da Repartição de Finanças), e cuja situação se resume:

(Unidade: MOP)

	Total
Saldo inicial	34,380,315.00
Somar: entradas	0.00
Subtrair: saídas	955,706.00
Saldo final	33,424,609.00

4.3 Cofres próprios dos serviços e organismos do SPA

(excluindo a Caixa do Tesouro)

O objectivo desta secção é, excluindo-se a Caixa do Tesouro, apresentar a situação de tesouraria dos restantes serviços do Sector Público Administrativo (SPA), seguindo, basicamente, a metodologia estabelecida no ano de 2011, contemplando, igualmente, os fundos permanentes atribuídos por conta de dotações do orçamento da RAEM e geridos pelas comissões administrativas.

O Quadro F-3 da Parte 4 fornece uma visão global dos cofres do SPA, apresentando o saldo verificado no final da Gerência de 2015 e 2016, evidenciando, ainda, as correcções ao saldo final de 2015 do SPA.

No seu conjunto, os Serviços com autonomia administrativa acumularam, em depósito, no final de 2016, um montante de 356 608 milhares de patacas, enquanto os Serviços integrados registavam um valor de 234 813 milhares de patacas, destacando-se os depósitos afectos à Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, aos Serviços dos Registos e do Notariado, à Direcção dos Serviços de Economia e à Direcção dos Serviços das Forças de Segurança, os quais respeitam, essencialmente, a receitas em trânsito e cauções entregues por terceiros à Administração, como garantia da prestação das respectivas obrigações contratuais.

De facto, as cauções ocupam um peso em termos de valores depositados junto dos serviços integrados e com autonomia administrativa, de 31,1% do total dos dinheiros no cofre daquelas entidades (ver grupo “2.3.5” do Quadro F-4). É de notar, ainda, que o saldo das “Receitas em trânsito a liquidar” (grupo “2.3.6”) e a entregar posteriormente à Recebedoria da DSF, evidenciou 148 142 milhares de patacas,

enquanto as receitas em trânsito a liquidar pelos serviços exibiram um valor de cerca de 2 100 000 milhares de patacas, destacando-se as receitas administradas pelas seguintes entidades:

- DSAT: 674 247 milhares de patacas;
- Serviços dos Registos e do Notariado: 439 912 milhares de patacas;
- Direcção dos Serviços de Economia: 510 935 milhares de patacas, das quais, o imposto de consumo foi de 484 373 milhares de patacas;
- DSFSM: 270 714 milhares de patacas, das quais as receitas cobradas nos termos da Lei do Trânsito Rodoviário foram de 194 956 milhares de patacas.

Ainda no seio dos Serviços integrados e com autonomia administrativa, realçam-se os movimentos relacionados com a utilização de fundos permanentes (no caso dos Serviços integrados) e de créditos orçamentais (Serviços com autonomia administrativa) libertados pela Caixa do Tesouro através da conta “0850 – Diversos – Despesas a liquidar”:

	MOP
Saldo inicial na posse dos serviços (após correcções)	245,127,100.97
+ os fundos atribuídos na Gerência	6,296,303,194.20
– as reposições, junto da Caixa do Tesouro, dos fundos não utilizados pelos serviços (incluindo o saldo inicial)	(6,331,751,563.70)
Obtém-se o saldo final na posse dos serviços	<u>(a) 209,678,731.47</u>

(a) O saldo final na posse dos serviços apresenta o desdobramento abaixo indicado:

<u>Serviços</u>	MOP
Delegação Económica e Comercial de Macau, em Lisboa	1,026,543.36
Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da União Europeia, em Bruxelas	670,827.62
Delegação da RAEM em Pequim	1,353,676.20
Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da Organização Mundial do Comércio	1,075,671.88
Delegação Económica e Cultural de Macau	1,315,104.06
Direcção dos Serviços de Educação e Juventude	135,350,639.90
Direcção dos Serviços Correccionais	21,202,164.31
Serviços de Alfândega da RAEM	1,946,035.83
Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água	24,681,596.86
Direcção dos Serviços das Forças de Segurança	10,832,446.99
Instituto do Desporto	974,279.54
Instituto Cultural	9,186,606.76
Conselho do Património Cultural	63,131.03
Outros (pertencentes àqueles que tenham fundo permanente)	7.13
Total	<u>209,678,731.47</u>

Quanto aos Organismos autónomos, a actividade de caixa é reflectida quase na totalidade sob as operações orçamentais, evidenciando-se aqui o resumo das principais naturezas dos seus fluxos de caixa agregados:

	MOP
Saldo orçamental transitado da Gerência anterior	6,059,016,431.12
+ Receitas do corrente ano (excluídos os saldos transitados anteriores)	21,563,655,552.49
- Despesas do corrente ano (líquidas de reposições abatidas nos pagamentos)	(21,431,155,533.51)
Obtém-se o saldo orçamental do corrente ano	<u>6,191,516,450.10</u>

Das operações extra-orçamentais destacam-se os depósitos respeitantes a caução, cujo valor no final da Gerência se situou em 238 921 milhares de patacas.

4.4 Situação global de tesouraria do SPA

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do art.º 70.º do RAFP, ficam sujeitos ao regime de acréscimo os Organismos autónomos que, pela especificidade das suas funções; tenham de utilizar tal regime na elaboração do seu orçamento e contas, nomeadamente, a Autoridade Monetária de Macau, a Caixa Económica Postal, a Direcção dos Serviços de Correios, o Fundo de Pensões, o Fundo de Garantia Automóvel e Marítimo, a Fundação Macau, o Fundo de Garantia de Depósitos e Fundo de Segurança Social. Desta forma, aqueles Organismos especiais são excluídos do presente capítulo, ao abrigo dos n.ºs 4 e 7 do Despacho do Chefe do Executivo n.º 121/2011.

O saldo de caixa do SPA da RAEM, no final da Gerência de 2016, cifra-se em 113 283 386 milhares de patacas, o que representa um decréscimo de 37,6%, face a 2015. Aquele saldo é composto essencialmente por recursos próprios (i.e. os saldos da execução orçamental), os quais ascenderam a 57 171 469 milhares de patacas, representando os dos Organismos autónomos, 11% desse valor.

5. Dados adicionais (mapas)

Visando a apresentação de outros dados sobre a situação da execução orçamental numa forma mais clara, apresentamos neste capítulo mapas adicionais de forma a facilitar aos utilizadores deste relatório a sua análise e estudo.